

**Arquivo de Memórias das Casas e Lugares
do Sentir**
Proposta de Salvaguarda do Saber das Casas
Temáticas do concelho do Fundão

Adriana Nunes Diamantino

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos de Cultura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Urbano Mestre Sidoncha

julho de 2021

Dedicatória

Para a minha Avó que nesta longa jornada, sempre me ouviu, apoiou, aconselhou e, acima de tudo, nunca me deixou desistir.

Bem-haja Avó Ligia, por tudo.

Resumo

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Estudos de Cultura, sob a orientação do Professor Doutor Urbano Mestre Sidoncha, e do Professor Pedro Silveira, que me acompanhou por parte da instituição onde decorreu o estágio. Relato aqui a experiência e o resultado de quatro meses de estágio que realizei na Câmara Municipal do Fundão, onde trabalhei diretamente na área das Casas e Lugares do Sentir e da Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, do concelho do Fundão.

O meu estágio consistiu essencialmente na criação de um projeto de um Arquivo de Memórias, utilizando como meio o *digital*, visto que as novas tecnologias são uma ferramenta indispensável para a valorização e revitalização do Património Cultural Imaterial (doravante PCI). Cada vez mais, as novas tecnologias estão presentes no nosso dia a dia, pois em qualquer lado podemos ter acesso à internet. Devido à crise pandémica em que vivemos, o uso destas tecnologias tornou-se quase obrigatório e, no momento, quase todas as áreas tiveram de se reinventar e adaptar ao meio digital, e a cultura não foi exceção.

Numa primeira instância, realizei uma recolha de informação sobre três dos vários PCI do concelho do Fundão, sendo eles a construção dos *Bombos de Lavacolhos*, a *Cestaria em Varas de Castanho* e as *Flores de Santa Luzia*. Neste último saber, tive a oportunidade de participar e conduzir a entrevista sobre a história e confeção das Flores, que se encontra registada em vídeo. Realizei, assim, a edição dos vídeos sobre estes saberes do concelho, de forma a iniciar o espólio e, posteriormente, o inventário, com o intuito de poderem ser colocados nesse Arquivo de Memórias digital do Fundão.

A criação deste Arquivo de Memórias tem, deste modo, o intuito de ser uma plataforma digital que irá versar as várias Casas Temáticas do concelho, tal como os vários PCI, criando inventários dos mesmos, assim como as memórias que estão ligadas a estes saberes através de fotografias, vídeos e testemunhos.

Palavras-chave

Património Cultural Imaterial; Centro UNESCO Casas e Lugares do Sentir; Arquivo de Memórias; Fundão.

Abstract

This report was developed Under the master's degree in Cultural Studies, Under the guidance of Professor Urbano Mestre Sidoncha and Professor Pedro Silveira, who accompanied me by the institution where the internship took place. I report here the experience and the result of four months of internship that I did at the Fundão City Hall, where I worked directly in the area of “Casas e Lugares do Sentir” and Safeguarding the Intangible Cultural Heritage of the Fundão City Council.

My internship consisted essentially in the creation of a project of a Memory Archive, through digital since new technologies are an indispensable tool for the valorization and revitalization of intangible cultural heritage (hereinafter PCI).

Increasingly, new technologies are present in our daily life, because anywhere we can have access to the Internet.

Due to the pheamic crises in which we live, the use of these technologies has become almost mandatory and now, almost all areas have hat to reinvent themselves and adapt to the digital environment, and culture was no exception.

In the first instance, I carried out a collection of information on three of the various PCI of the Country of Fundão, they were the construction of the Bombos de Lavacolhos, the Cestaria em Varas de Castanho and the Flores de Santa Luzia. In the latter, I had the opportunity to participate and conduct the interview on the history and making of the Flores, which is recorded on video.

Thus, I made the editing of videos on this knowledge of the country, in order to start the collection and later the inventory, in order to be placed in this digital Memory Archive of Fundão.

The creation of this Archive of Memories is thus intended to be a digital platform that will cover the various Casas Temáticas of the county, creating inventories of the same, as well as the memories that are linked to this knowledge through photographs, videos and testimonies.

Keywords

Intangible Cultural Heritage; UNESCO Center Casas e Lugares do Sentir; Memories Archive; Fundão

Índice

Introdução.....	1
Objetivos.....	1
Problemática	2
Originalidade do Estágio.....	3
Capítulo I. - Enquadramento Teórico	4
I.1 Da criação da UNESCO à Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.....	4
I.2 Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.....	10
I.3 Rede de Casas Temáticas – Casas e Lugares do Sentir.....	12
I.4 Fundão como concelho ligado às tradições	13
I. 5 Nova Museologia e o Património Cultural Imaterial.....	16
Capítulo II – Estratégias para a Salvaguarda do PCI no contexto nacional e local	19
II.1- Estratégias de salvaguarda	19
II.1.1- Participação das comunidades, grupos e indivíduos.....	23
II.2- A Etnografia e os conceitos de cultura ligados ao PCI.....	25
II.3 – Inventários	28
II.3.1 - Legislação para a criação de inventários.....	30
II.3.2 - Inventários Nacionais.....	32
II.3.3 – As novas tecnologias como estratégia de salvaguarda do PCI	33
II.3.3.1 – MatrizPCI.....	35
II.3.3.2 – MemoriaMedia.....	35
II.3.3.3 – Arquivo de Memória (Vila Nova de Foz Côa).....	36
Capítulo III – Proposta de metodologia de inventariação – Arquivo de Memórias das Casas e Lugares do Sentir.....	36
III.1- Arquivo de Memórias.....	38
III.2- Metodologias de Inventariação	40
III.3- Inventários.....	42
III.3.1 - Casa do Bombo (<i>Bombos de Lavacolhos</i> – saber fazer).....	42

III.3.2 – Casa da Romaria de Santa Luzia, Castelejo (<i>Flores de Santa Luzia</i> – saber-fazer).....	45
III.3.3 – Casa da Cereja, Alcongosta (<i>Cestaria em varas de castanho</i> – saber-fazer).....	48
Referências bibliográficas.....	52
Anexos.....	59
Anexo 1.....	59

Lista de Figuras

- Figura 1.Casa do Bombo em Lavacolhos
- Figura 2.Casa da *Flor de Santa Luzia* no
Castelejo
- Figura 3.*Cestaria em varas de castanho* em
Alcongosta

Lista de Siglas e Acrónimos

CEART	Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
PCI	Património Cultural Imaterial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

Objetivos

Com a realização do Estágio no Município do Fundão, tive a oportunidade de criar a base para a conceção de um “Arquivo de Memórias” ligado à Rede de Casas e Lugares do Sentir, que tem como objetivo principal ser um complemento interativo do trabalho de salvaguarda do Património Cultural Imaterial que tem vindo a ser realizado ao longo dos anos. A proposta é a criação de um “Arquivo de Memórias”, que visa ser uma plataforma digital com interação com a comunidade. Outros objetivos da criação deste Arquivo são os seguintes:

- salvaguarda do Património Cultural Imaterial das Casas Temáticas do concelho do Fundão;
- promover o sentido de pertença nos mais jovens relativamente ao património da sua região;
- criar interesse nos mais novos acerca dos saberes e tradições do concelho do Fundão;
- demonstrar a importância que as Casas Temáticas do Centro UNESCO – Casas e Lugares do Sentir têm para a sobrevivência e salvaguarda do Património Cultural Imaterial do concelho do Fundão;
- alertar e combater a solidão da população mais envelhecida, através da recolha de testemunhos vivos;
- combater o despovoamento do interior do país, através da aposta nas novas tecnologias e de promoções turísticas e de lazer;
- alertar para a importância que a flora da Serra da Gardunha tem para a construção de alguns dos saberes do concelho, visto que alguns utilizam matéria-prima da referida serra.

Problemática

Com a realização deste estágio, pretendeu-se aproveitar a oportunidade que as novas tecnologias de informação e comunicação proporcionam, utilizando, neste caso, a internet, através da criação de um *website*, de forma a complementar as medidas de salvaguarda do PCI já implementadas pelo município, como é o caso do projeto das Casas Temáticas.

As Casas Temáticas foram e são um contributo enorme para aquilo que é possível realizar quanto à salvaguarda do PCI. A Rede de Casas Temáticas – Casas e Lugares do Sentir pertence às Redes e Clubes UNESCO, que têm como objetivo principal promover os ideais da UNESCO de cooperação, tolerância e diálogo entre os povos.

A Rede de Casas Temáticas do Fundão foi criada pelo Município do Fundão, em junho de 2017, com o propósito primordial de salvaguardar o PCI do concelho. Esta rede é, de igual forma, uma estrutura criada com o intuito de dinamizar as várias freguesias do concelho do Fundão, através destas casas museológicas temáticas que, para além de valorizarem os saberes e tradições locais, também possibilitam aprender e experimentar antigos ofícios e tradições da região, através de várias ações interativas, tendo igualmente como objetivo incluir a população no ato de salvaguardar a herança cultural. Este projeto permitiu a requalificação e aproveitamento de vários espaços inutilizados e obsoletos, como é o caso das antigas escolas primárias.

Esta Rede foi um impulso para a criação de novas formas de salvaguardar o PCI do concelho, sendo uma delas a proposta da criação de um Arquivo de Memórias digital, partindo da recolha de dados combinada num inventário sobre o PCI existente em todo o território abrangido.

São impostas algumas questões acerca da criação deste Arquivo de Memórias digital e é mais do que necessário explicá-las, sendo que as mais pertinentes são:

- Apontar os motivos que levaram à necessidade de salvaguarda do PCI;
- Perceber a relevância dos Centros UNESCO, tendo como caso a Rede de Casas Temáticas - Casas e Lugares do Sentir;
- Descobrir a importância que as novas tecnologias e a implementação de inventários têm para a salvaguarda do PCI;
- Aferir a importância que a criação de um inventário digital tem para o concelho do Fundão.

Originalidade do Estágio

Num mundo em constante mudança e evolução, é importante salvaguardar as memórias, tradições e saberes mais ancestrais. O Fundão sempre foi um Município dinâmico e inovador, tendo até sido distinguido com o prémio de “Município Mais Inovador e *Smart by Nos*”, em 2019¹. É um concelho cada vez mais ligado às novas tecnologias e, como tal, é sem dúvida uma mais-valia aproveitar esse recurso para salvaguardar o Património Cultural Imaterial do concelho.

Com a realização deste Relatório de Estágio, pretendi criar as bases para a realização de um Arquivo de Memórias digital ligado às Casas Temáticas do Fundão e ao seu património cultural imaterial único, de forma a gerar interesse nos mais jovens, pois são eles o futuro, são quem mais utiliza as novas tecnologias, são eles que têm de lutar para salvaguardar a memória dos antepassados, as tradições da sua zona, os saberes ancestrais, o património cultural imaterial que diferencia uma comunidade, um grupo de outros.

Na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, uma das principais funções atribuídas a cada Estado Parte é a criação de inventários nacionais, cada Estado Parte terá de criar, no mínimo, um inventário do PCI do território nacional, não impedindo a conceção de outros inventários com uma visão mais local. Assim, a criação deste arquivo teria por objetivos-base divulgar, promover e salvaguardar as Casas Temáticas e as suas manifestações, utilizando as novas tecnologias como meio.

¹ Disponível na internet. Retirado de <https://www.jornaldofundao.pt/fundao/fundao-distinguido-como-municipio-mais-inovador/> (Consultado a 13 de outubro de 2019)

Capítulo I. - Enquadramento Teórico

I.1 Da criação da UNESCO à Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

Decorria o ano de 1945, quando se convocou a Conferência das Nações Unidas que veio dar origem à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta Conferência ocorreu em Londres de 1 a 16 de novembro, tendo como principal objetivo instituir a *solidariedade intelectual e moral da humanidade*², com o intuito de evitar uma nova guerra mundial.

A Carta da UNESCO entrou em vigor um ano depois, a 4 de novembro de 1946, sendo ratificada por vinte países. Portugal aderiu em 1965, mas saiu em 1972 e só voltou a entrar definitivamente a 11 de setembro de 1974, após *A Revolução de 25 de abril*.

Apesar de a discussão sobre o PCI e a sua preservação ser bastante antiga, foi a partir da década de 50 que os primeiros instrumentos jurídicos internacionais começaram a surgir. O primeiro instrumento foi a *Convenção Universal sobre o Direito de Autor*, de 1952, que foi mais tarde revista em 1971, e que versa sobre a proteção dos direitos autorais de obras escritas, musicais, dramáticas e cinematográficas, assim como pinturas, gravuras e esculturas.

Antes de pensarmos mais aprofundadamente sobre a interlocução entre cultura e património, é necessário haver entendimento quanto ao conceito de *cultura*. A Academia tentou combater a incerteza do que é a cultura através de modelos compreensivos de cultura. Um desses modelos estratégicos consistia em juntar ciência e tecnologia às disciplinas científico-naturais, separando o que deve ser entendido como cultura e o que se afasta do seu conceito. Para quem prefere afirmações incontestáveis e como tal prefere resultados concretos a disputas que não chegam a nenhuma conclusão³, esta estratégia é plausível. Sendo esta uma estratégia possível de concretizar, consegue identificar e perceber se existe uma boa relação entre cultura e património ou se, na verdade, existem outras possíveis interpretações. Uma dessas possíveis interpretações é acreditar na cultura como sendo apenas a conservação do

²Disponível na internet. Retirado de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia> (Consultado em 20 de novembro de 2019).

³ Sidoncha, U. (2019) Que «coisa» é a cultura? Algumas notas sobre a relação entre cultura e património. Em V. Piñeiro-Naval & P. Serra (Eds.), *Cultura, Património e Turismo na Sociedade Digital* (Vol. 2): Diálogos interdisciplinares (pp. 85-86). Covilhã: Editora LabCom.IFP. ISBN: 978-989-654- 578-9

património e não os teatros ou o cinema, por exemplo, considerados apenas formas de entretenimento por alguns, que chegam a afirmar que estas ditas formas de entretenimento nem devem ser subsidiadas pelo Estado como pertencendo à área da cultura.⁴

Ainda muito longe do conceito de PCI, vários instrumentos jurídicos foram criados, como é o caso da *Declaração de Princípios para a Cooperação Cultural Internacional* de 1966, que estabeleceu os princípios-base das políticas culturais atuais da UNESCO; a Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 direcionou-se um pouco mais para o Património Cultural, mas continuava centrada na preservação do património material, não referindo qualquer medida de proteção para o que, mais tarde, se viria a designar por PCI, o que levou a que alguns países expusessem o seu descontentamento.

O lado imaterial deixou de ser considerado, deixou de se pensar nisso como sendo cultura, a preservação da memória foi deixada para trás, esta posição provém da época da Segunda Guerra Mundial e do Pós-Guerra em que muito do património foi destruído e como tal os recursos disponíveis foram direcionados para a preservação e recuperação desse património edificado⁵. A Convenção da UNESCO de 1972 veio ajudar a fundamentar e a legitimar essa posição de conservar e preservar o material, em que se considera como *património cultural* os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse, como se pode ler no artigo 1.º da própria Convenção de 1972⁶. Deste modo, defendia a conservação de objetos, edifícios e sítios e não fazia qualquer alusão ao *património imaterial* e, muito menos, à sua preservação. Como já referi anteriormente, atualmente ainda existe alguma controvérsia quanto ao conceito de *cultura* e de *património*, continuando a haver quem defenda que a cultura deveria ser apenas a conservação do património edificado.

Após o lançamento desta Convenção, na década de 70, foram várias as atividades criadas pela UNESCO, com o intuito de se aproximarem da criação de um instrumento de proteção de algo mais do que o material e o edificado, desde cartas, recomendações, orientações técnicas, a declarações e convenções. Todos estes documentos, para além de demonstrarem a necessidade de patrimonializar o lado imaterial da cultura, acabam

⁴ Idem, *ibidem*, p. 86

⁵ Idem, *ibidem*, p. 88

⁶ Disponível na internet. Retirado de: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. (Consultado em 12 de maio de 2019).

também por demonstrar uma interdependência que existe entre o PCI e o património cultural natural, já falado na Convenção de 1972.

A UNESCO, na década seguinte, sofre algumas modificações no âmbito da sua organização, o que levou a que a forma como se pensava a cultura mudasse. É importante referir a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais de 1982, que ocorreu no México, pois esta veio trazer novas orientações para a dimensão cultural do desenvolvimento⁷, para além de ter sido a primeira vez que se utilizou o conceito de *Património Imaterial* num documento oficial da UNESCO.

Apesar de se considerar apenas o património material, edificado, como parte do conceito de cultura, ao longo dos tempos esse pensamento teve de ser repensado e mudado. A discussão sobre o que é cultura e o que é património durou bastante tempo e foi a partir do momento em que a globalização começou a ganhar terreno que se começou a perceber a importância que as tradições e saberes ancestrais traduzem nas comunidades e que muitas dessas tradições estavam em risco de extinção, devido aos efeitos menos positivos que a globalização acarretava.

Foi a partir daqui que ganhou peso a ideia de criar um documento apenas dedicado à salvaguarda do PCI, dando origem à Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore em 1989 (Recomendação de 1989), que é o primeiro documento normativo dedicado à proteção do PCI, ainda designado por “cultura tradicional popular”. Este documento normativo foi muito importante para a definição de PCI, mas ainda apresentava várias limitações, não sendo suficientemente abrangente quanto a todos os aspetos que cabem na definição de PCI e na sua salvaguarda. As lacunas desta Recomendação diziam respeito ao que hoje é definido por PCI. Um dos pontos importantes ao qual não se dá qualquer destaque é a relevância do indivíduo, grupo ou comunidade na preservação dos patrimónios imateriais, assim como o contexto social, cultural e intelectual, que são parte essencial para uma completa salvaguarda. A Recomendação de 1989 acaba por conceder mais importância ao “produto folclórico”, ao objeto material, do que ao lado do saber-fazer, ao lado

⁷ Disponível na internet. Retirado de http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf (Consultado a 20 de novembro de 2019)

intangível. Apesar destas falhas, esta Recomendação serviu como alavanca para a implementação de novos projetos e novas reflexões em torno da salvaguarda do PCI⁸.

Desses novos projetos, podem destacar-se o Programa dos Tesouros Humanos Vivos, de 1993, e a Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, de 1998. Mais importante foi a elaboração de um estudo sobre tudo o que já tinha sido realizado acerca do PCI, que foi discutido numa reunião em Paris, em junho de 1993, onde se definiu a importância da UNESCO na questão da Salvaguarda do PCI e onde se apresentaram seis projetos-piloto representativos dos cinco continentes:

- *proteção, conservação e revitalização do PCI da região de Hué (Vietname);*
- *salvaguarda e revitalização das músicas tradicionais da Nigéria;*
- *criação de uma rede de instituições de investigação para a salvaguarda, revitalização e disseminação do património cultural tradicional e popular na sub-região da Europa Oriental e Central;*
- *recolha, formação na recolha de técnicas e revitalização da música e dança tradicional na Tunísia;*
- *o património urbano imaterial do centro histórico da cidade do México;*
- *o livro vermelho das línguas em perigo.*⁹

Tornou-se cada vez mais importante o papel da cultura para o desenvolvimento económico e, como tal, redigiu-se o Relatório *Our Creative Diversity* (1996), que referia a importância que a preservação do PCI, a memória coletiva das comunidades e das suas identidades e, por isso, eram necessárias novas definições que permitissem o reconhecimento da diversidade que o PCI tem globalmente.

Na década de 90, o trabalho da UNESCO quanto ao valor que tem o PCI foi realmente notável. Em 1993, surgiram dois programas importantes, o Programa *Línguas em Perigo no Mundo* e o Programa *Tesouros Humanos Vivos*, que vieram assegurar a salvaguarda das tradições através da transmissão de geração em geração. É de igual

⁸ Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. (1989). Disponível na internet. Retirado de

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069>.

(Consultado em 10 de março de 2021)

⁹ Carvalho, A. (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial – Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora. Lisboa. pp.35-36.

forma importante referir a *Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, elaborada em 1997, com o intuito de distinguir os espaços culturais e as formas de expressão cultural popular e tradicional. Este programa da UNESCO acabou por mostrar a importância de preservar as heranças culturais tradicionais e de criar um programa direcionado para a consciencialização e salvaguarda do PCI.

Pouco a pouco, foram sendo criados outros sistemas de proteção, mas ainda não se tinha chegado a nenhum conclusivo. Foi necessário percorrer muito até chegar à *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Em 2003, no âmbito da 32.^a Conferência Geral da UNESCO, que ocorreu do dia 29 de setembro até ao dia 17 de outubro, em Paris, a *Convenção de 2003* foi finalmente adotada e entrou em vigor a 20 de abril de 2006, tendo sido um verdadeiro sucesso.

Outras ações foram tomadas com o intuito de dar mais ênfase à importância da salvaguarda do património imaterial e, em 2018, foi declarado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, de 17 de maio de 2017, pela primeira vez, o Ano Europeu do Património Cultural, que surgiu como defesa de uma nova ideia, de um património mais abrangente e dinâmico. Como tal, recordou-se que, quando falamos atualmente em *cultura*, não estamos apenas a falar do património material, dos edifícios, dos objetos e da sua conservação, mas também das aptidões aprendidas, dos saberes tradicionais, das heranças culturais, dos testemunhos, do património imaterial.

O Ano Europeu do Património Cultural de 2018 foi pensado devido ao contexto de mudanças que têm vindo a ocorrer pela Europa. As crises de valores e de identidade, os conflitos, as alterações climáticas e, mais uma vez, a globalização são alguns dos desafios que se tem pela frente quanto à salvaguarda do PCI.

No que diz respeito aos seus objetivos principais, e tendo como base o documento de Decisão da Comissão Europeia¹⁰, de forma sumária, podem destacar-se os seguintes:

- *contribuir para a promoção do papel do património cultural europeu enquanto elemento central da diversidade e do diálogo interculturais;*

¹⁰ Decisão (UE) 2017/864 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2017 sobre o Ano Europeu do Património Cultural (2018). Disponível na internet. Retirado de <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/wp-content/uploads/2017/08/Decis%C3%A3o-da-Comiss%C3%A3o-Europeia-sobre-o-AEPC.pdf>. (Consultado em 30 de agosto de 2020)

- *potenciar o contributo do património cultural europeu para a economia e para a sociedade, através do seu potencial direto e indireto;*
- *contribuir para a promoção do património cultural como um elemento importante da dimensão internacional da União Europeia.*¹¹

Assim, pode admitir-se que o *imaterial* já não “contamina” pela negativa a ideia de *património*, apenas se transfere a importância da sua dimensão concreta para a sua dimensão imaterial, isto é, as memórias, as práticas, os conhecimentos. Resumindo, o objeto material já não é apenas o que importa, mas o seu lado imaterial, intangível, passou também a ser tido em consideração. A questão que se continua a colocar é: se o imaterial é cada vez mais considerado para a definição de património, por que razão é que ainda se continua com a perceção de que a ideia de património está articulada apenas à cultura material? A resposta é que o património cultural nos rodeia, está nas nossas cidades, nas nossas ruas, nas paisagens, nos momentos e não só, mas está também na literatura, nos objetos, nos ofícios tradicionais, na gastronomia, no próprio espírito dos lugares.

O problema com a indefinição semântica de *cultura* reside no facto de se olhar para ela como se fosse um «tudo» ou «nada», isto é, ou se identifica com o lado material, ou simplesmente não se identifica, o que significa que se projeta numa ideia mais abstrata, intangível. O facto de “não se identificar” leva a que possa, ao mesmo tempo, ser tudo e igualmente não ser nada, isto porque a imaterialidade tem a sua importância, mas, ao mesmo tempo, é algo que não se vê, como se não existisse aos nossos olhos, pois, atendendo à forma como a ciência pensa, isto é, acreditando somente em coisas concretas e visíveis, não se acredita na “nadaificação”. Assim, a única opção lógica seria acreditar na “coisificação”, que levou a que a cultura se convertesse em património cultural.¹²

«Aquilo que foi apelidado de “coisificação” não tem significado direto na ciência sendo que a opção mais próxima é a “redução” que significa que as propriedades de nível superior, isto é o material, regressa ao conjunto das propriedades de base, isto é o imaterial que assim, incorporando as primeiras nas segundas se conseguem explicar completamente. Sendo que após essa “redução”, as propriedades superiores podem ser eliminadas pois não trazem nada de novo a essa explicação (Sidoncha 2019).

¹¹ Ibidem.

¹² Sidoncha, U. (2019). Op cit, pp. 96-97

I.2 Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

Como foi referido anteriormente, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi o culminar de várias décadas de reflexão em torno do PCI, desde 1950.

A Convenção de 2003 veio solucionar a questão de como salvaguardar o PCI, através da criação de várias medidas específicas de proteção e promoção. A Convenção inicia por referir a importância que o PCI tem no que diz respeito à diversidade cultural. A globalização foi um fator importante relativamente à preocupação em criar instrumentos jurídicos ligados à salvaguarda do PCI, pois trouxe com ela “...*graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do PCI.*”¹³

A globalização, como Barata-Moura refere, é um “fenómeno”¹⁴ que atua nas várias áreas, sendo elas a económica, a social, a política e, claro, a cultural. É de igual forma considerada um “desiderato”¹⁵, isto porque é inevitável que aconteça e é algo que as pessoas desejam, mas sobre a qual não podem mudar de ideias, pois não têm outra alternativa senão aceitá-la. A globalização, essencialmente, deveu-se à melhoria e acessibilidade das comunicações, dos transportes e da tecnologia, que permitiram um aumento da movimentação das pessoas e, conseqüentemente, uma maior disseminação das suas culturas e modos de vida.

A globalização cultural veio permitir um maior conhecimento de outras culturas, o que antes não era possível, tendo permitido, outrossim, um aumento do turismo e de aprendizagem de novas culturas e modos de vida. A parte mais preocupante da globalização é que esta tem um lado mais imperialista, isto é, as grandes potências hegemónicas e, conseqüentemente, as suas culturas e modos de vida acabam por se sobrepor às culturas locais, às pequenas potências. Se, por um lado, a globalização permitiu a expansão e conhecimento de culturas e modos de vida, a verdade é que também trouxe problemas para as pequenas potências, que viram as suas culturas e tradições serem trocadas por outras tradições, agora globais. Dois grandes exemplos disso são o cinema e a música, que se tornaram em transmissores de certos valores, comportamentos e modos de vida a vários níveis, principalmente devido ao avanço das

¹³ Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003). Disponível na internet. Retirado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. (Consultado em 13 de setembro de 2019).

¹⁴ Retirado de *O Mundo de Múltiplas Vozes, 2008*, in *Estudos sobre a Globalização da Sociedade Civil* de José Barata-Moura.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.65.

tecnologias de informação, que deram um impulso gigante a essa transmissão de ideais. No que concerne ao cinema, Hollywood é um exemplo concreto de propagação, pois veio mostrar ao mundo o modo de vida dos americanos, a sua cultura, os seus hábitos, valores e comportamentos, levando muitas vezes ao esquecimento e, em casos mais extremos, à extinção de algumas tradições culturais, línguas e determinadas crenças e práticas coletivas.

Este é o grande problema da globalização cultural, que não pode ser travado, mas cada vez mais estão a ser criadas medidas que deem voz às pequenas culturas, de maneira que se consiga ao máximo preservar as suas heranças culturais.

Assim sendo, a própria Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial é considerada uma dessas medidas, visto que tem como principais finalidades, como o nome já diz, a proteção do PCI, o combate aos efeitos da globalização, promovendo sempre o respeito pela diversidade cultural e a cooperação entre comunidades, grupos e indivíduos.

Foi na Convenção de 2003 que se definiu o conceito de PCI, mas algumas das terminologias que o definem, como é o caso do *tradicional*, do *popular* e mesmo do *folclore*, já eram estudadas há algum tempo. A Convenção veio englobar e até redefinir conceitos que levaram à criação do conceito de PCI, que inclui as expressões culturais de uma certa comunidade, as tradições mais ancestrais que fazem parte da história, da cultura de um povo. O PCI é, então, o que está para lá do objeto material, é a cultura intangível.

O PCI é transmitido de geração em geração, é parte da identidade de uma comunidade, são “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares que lhe são associados.”¹⁶

Na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial são referidos também, no artigo 2.º, os vários domínios em que o PCI se manifesta, sendo estes:

- *tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do Património Cultural Imaterial*, que abrange o que é considerado como literaturas orais e marginais, como os provérbios, advinhas, lendas, contos, cânticos, entre outros;

¹⁶ Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003). Artigo 2.º. Disponível na internet. Retirado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. (Consultado em 13 de setembro de 2019).

- *artes do espetáculo / tradições artísticas informativas*, que são as expressões elementares das artes do espetáculo, isto é, englobam a música, a dança, o teatro, entre outras, desde que tenham uma herança ancestral;
- *práticas sociais, rituais e eventos festivos*, que, como o nome indica, são os eventos que ocorrem numa comunidade ou grupo, que podem ou não estar relacionados com o ciclo de vida dos indivíduos dessa comunidade, com o calendário agrícola ou até com a mudança de estações;
- *conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e universo*, que se “exprimem mediante um vasto complexo de valores e crenças, cerimónias, medicina tradicional, práticas ou instituições sociais e organização social.”
- *aptidões ligadas ao artesanato tradicional / saberes e técnicas ancestrais*, que são o saber-fazer, o importante neste ponto não é o objeto material, mas sim as competências e os conhecimentos ligados à sua confeção, assim como a sua história e hereditariedade.¹⁷

Foi nesta Convenção que se utilizou, pela primeira vez, o conceito de *salvaguarda*, sendo um dos pontos essenciais da Convenção. *Salvaguarda* é definida como um conjunto de “*medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial*”, sendo essas medidas “*a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património.*”¹⁸

I.3 Rede de Casas Temáticas – Casas e Lugares do Sentir

Através de uma parceria com a UNESCO, o Município do Fundão assinou, em 2017, um protocolo para a criação de um Centro UNESCO, que atualmente se encontra sediado na Casa das Memórias de António Guterres (Donas), uma das Casas-Museu pertencentes a este Centro.

Estes Centros UNESCO têm como objetivos principais a promoção dos ideais da UNESCO, o diálogo, a cooperação, a união e também favorecer a diversidade cultural.

¹⁷ Cabral, C. B. (2009). A Convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda. Em: Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras, identidades. (p. 132). Disponível na internet. Retirado de <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3079>. (Consultado em 2 de outubro de 2019).

¹⁸ Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (2003) Artigo 2.º. Disponível na internet. Retirado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. (Consultado em 13 de setembro de 2019)

Cada Centro é livre de determinar o seu próprio tema, desde que este não interfira com os Direitos Humanos. Estes Centros podem ser criados por qualquer grupo de pessoas, associações sem fins lucrativos, ONG, escolas, universidades, círculos culturais e administrativos da comunidade, desde que não seja por uma instituição com fins lucrativos. Em Portugal, atualmente existem 58 Centros espalhados por todo o país, sendo que o primeiro surgiu no Porto, em 1989.

“Casas e Lugares do Sentir – Rede de Casas Temáticas” foi o nome dado ao Centro UNESCO do Fundão, que veio contribuir imensamente para uma valorização e salvaguarda do património e do território em que está inserido.

Um dos pontos essenciais destes Centros UNESCO é o conjunto dos seus parceiros locais. No caso da Rede de Casas Temáticas do Fundão, foram escolhidos dois parceiros com o intuito de cooperar na dinamização, promoção e conservação das casas e do seu património, sendo eles a Associação PINUS VERDE, que tem uma forte ligação à zona do Pinhal Interior, assumindo-se como ferramenta ao serviço da comunidade e do território, e o Grupo de Convívio e Amizade das Donas, representado por um conjunto de jovens que se dedicam à dinamização da sua aldeia natal, através de várias atividades desportivas, recreativas e culturais.

Este projeto da Rede de Casas Temáticas tem sido uma mais-valia para a preservação da memória do concelho, sendo que as casas se encontram espalhadas pelo próprio, com o intuito de também promover a região. Assim, os turistas que possuam interesse em conhecer o património imaterial têm, de igual forma, a possibilidade de conhecer o vasto concelho do Fundão.

I.4 Fundão como concelho ligado às tradições

O Fundão é um concelho que sempre primou pela sua preocupação para com o seu património, seja ele material ou imaterial, e a criação desta Rede de Casas Temáticas é exemplo da importância que a preservação da memória e da herança cultural tem para o concelho. É um território com um grande número de freguesias (23) e com uma área de cerca de 700 km². Como se imagina, são muitos os patrimónios, saberes, testemunhos e heranças culturais espalhados por todas estas freguesias e, como tal, o Fundão sempre se dispôs a salvaguardar as mesmas, de forma original e criativa, e este projeto das Casas Temáticas é exemplo disso.

O Fundão é um concelho que pertence à Beira Baixa, distrito de Castelo Branco, tendo sido fundado no ano de 1747, por ordem de D. João V. Tornou-se num concelho

bastante importante em termos de comércio e indústria após a chegada dos cristãos-novos, que tinham sido expulsos da vizinha Espanha e se vieram refugiar em Portugal.

Foi no período do Iluminismo que o Marquês de Pombal fundou a Real Fábrica de Lanifícios, que atualmente é o edifício da Câmara Municipal do Fundão, e foi esta Fábrica que salvou o concelho da instabilidade social e económica vivida devido às imposições da Inquisição.

Mais tarde, por volta do final do século XIX, foi inaugurada a Linha de Caminhos de Ferro da Beira Baixa, que permitiu um maior desenvolvimento da região, ajudando a que a circulação de bens, pessoas e mercadorias fosse feita com maior rapidez. Foi a 19 de abril do ano de 1988 que o Fundão foi finalmente elevado a cidade.

Presentemente, o concelho assume uma postura bastante dinamizadora nas mais vastas áreas, como é o caso da cultura, que é claramente uma das suas manifestações mais marcantes. A estratégia cultural do Município obedece em grande parte ao calendário agrícola e religioso, que está profundamente enraizado nas vivências da comunidade. Além disso, esta estratégia de produção e divulgação cultural tem como objetivos:

- “ir ao encontro das expectativas da comunidade em relação ao que conhece e aprecia;”
- “servir de fator de introdução e formação de novos públicos e do despertar interesse para produções culturais inovadoras e contemporâneas;”
- “possui o trinómio “Arte, memória e contemporaneidade”, no qual “é preciso dar um sentido global ao que já existe e melhorar o conhecimento; é preciso encontrar mecanismos para a preservação, para a dinamização e para o saber transmitir.”¹⁹

Sendo o concelho do Fundão reconhecido, cada vez mais, pelo seu lado inovador, pela sua posição dinamizadora e pela sua riqueza em tradições e saberes ancestrais, a criação desta Rede de Casas Temáticas é mais um ponto positivo para o concelho, sendo um método inovador de preservação do território e do seu património.

Esta Rede consiste, pois, num conjunto de Casas-Museu, distribuídas por todo o município, que permitiu também a requalificação de espaços físicos já existentes, como é o caso de antigas escolas primárias, onde todos os saberes e conhecimentos têm um

¹⁹ Retirado da Candidatura para a criação do Centro UNESCO – Casas e Lugares do Sentir (2017). Cedido pela Câmara Municipal do Fundão.

espaço definido e singular, dinâmico e interativo, aberto a todos. Para além do valor patrimonial, etnográfico e comunitário, estas aldeias, onde as Casas Temáticas estão inseridas, são exemplos perfeitos de práticas que envolvem toda a população, sendo importantes para a coesão territorial, pois fomentam o sentimento de pertença dos seus habitantes e comunidades locais.

A candidatura contou com a criação inicial de cerca de 16 casas temáticas, distribuídas por todo o concelho do Fundão, sendo elas as seguintes:

- Casa do Mel – Bogas de Cima
- Museu Etnográfico – Alpedrinha
- Centro de Interpretação da Moagem do Centeio – Fundão
- Museu do Castelejo – Castelejo
- Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Poço do Caldeirão – Barroca
- Casa do Bombo – Lavacinhos
- Casa da Poesia Eugénio de Andrade – Povoia de Atalaia
- Centro Interpretativo da Romaria de Santa Luzia (Casa da Romaria) – Castelejo
- Na Rota das Azenhas e dos Moinhos – Souto da Casa
- Museu de Aldeia Nova do Cabo – Aldeia Nova do Cabo
- Museu da Música – Alpedrinha
- Casa do Barro – Telhado
- Núcleo Museológico da Lavaria – Cabeço do Pião
- Casa das Memórias de António Guterres – Donas
- Casa das Tecedeiras – Janeiro de Cima
- Galeria Manuela Justino / Atelier de Histórias Criativas – Castelo Novo
- Casa da Cereja – Alcongosta

Algumas já se encontram em pleno funcionamento, outras precisaram de ser reajustadas, mas, para além destas que referi anteriormente, nos últimos tempos foram acrescentadas à lista outras Casas Temáticas, como é o caso da Casa da Pastorícia, nos Três Povos, a Casa do Queijo, na freguesia da Orca e que está associada ao projeto das “Escolas do Queijo”, a Casa do Barqueiro, em Janeiro de Cima, e também a Casa Arlindo de Carvalho, na Soalheira, sendo que algumas só está prevista a sua conclusão e abertura para o ano de 2022.²⁰

²⁰ Disponível na internet. Retirado <http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/68518> (Consultado a 20 de abril de 2021).

As Casas-Museu encontram-se abertas durante todo o ano, sempre com várias atividades para todas as idades, como *workshops*, exposições e oficinas, em que as pessoas podem aprender a fazer alguns dos saberes, como é o caso do *Atelier* de dança da Casa-Museu D. Ilda Valentim Mesquita, da Oficina das *Flores de Santa Luzia*, da Casa da Romaria e também das Oficinas de bolos, de pão e/ou de Farrapos da Casa dos Ofícios.

O próprio Município do Fundão gerou uma estratégia de dinamização destas casas e do património do concelho, com a criação de uma Rede de Visitas Educativas, que tem o objetivo de promover o concelho de forma lúdica e descontraída. Esta Rede Educativa proporciona a todas as crianças, jovens e seniores visitas guiadas pelo território, incluindo às várias Casas-Museu, de forma a aprenderem e experimentarem alguns ofícios e tradições ancestrais, podendo usufruir, de forma divertida e essencialmente pedagógica, do que o concelho do Fundão tem para oferecer, tanto aos residentes como a quem vem de fora.

Outro exemplo de salvaguarda do PCI, por parte do município, foi a criação do projeto pedagógico das “Escolas do Queijo”, que tem como objetivo preservar o património do reconhecido Queijo Amarelo da Beira Baixa, através da aprendizagem, por parte dos mais jovens, da feitura do queijo de forma tradicional. No ano de 2019, estima-se que cerca de 200 alunos das escolas do concelho tenham aprendido os processos de confeção do queijo.²¹ Outra escolinha que é importante referir é o projeto “atira o barro à parede”, que conta com o apoio da Junta de Freguesia do Telhado e da Câmara Municipal do Fundão, e tem como objetivo principal explicar e mostrar às crianças a importância que a tradição do barro e da olaria tem naquela zona, assim como estimular o interesse das crianças por esta arte.²²

I. 5 Nova Museologia e o Património Cultural Imaterial

Os desafios colocados pela globalização e o facto de as sociedades estarem em constante transformação e inovação, sendo também cada vez mais fácil o acesso à informação, tornou ainda mais importante a salvaguarda das tradições culturais e heranças locais, levando ao repensamento de vários conceitos, sendo um deles o de “museu”. O conceito de museu tradicional, como sendo um espaço físico onde são exibidos objetos e

²¹ Disponível na internet. Retirado de <https://www.mundoportugues.pt/projeto-pedagogico-escolas-do-queijo-chega-a-200-alunos-do-fundao/> (Consultado em 12 de julho de 2020).

²² Disponível na internet. Retirado de <https://www.jornaldofundao.pt/fundao/freguesia-do-telhado-cria-escolinha-do-barro/> (Consultado em 12 de julho de 2020)

coleções, onde o que predomina é o material, sofreu uma grande alteração com o passar dos tempos.

De forma a adaptarem-se aos novos desafios, foi necessário mudar mentalidades, criar conceitos de *museus*, mais dedicados ao imaterial. Então, por volta dos anos 70 do século XX, nasceu um novo movimento, uma nova filosofia: nasceu o conceito de Nova Museologia, que trouxe ao contexto de *museu* ideias, palavras como “identidade”, “territorialidade”, “participação”, “comunidade” e “desenvolvimento”.

Foi em França, após a criação do Ecomuseu de Creusot, que a Nova Museologia deu os primeiros passos. Desenvolveram-se novos conceitos, como os de *museu do território*, *museu da sociedade*, *ecomuseu*, entre outros. A grande diferença entre estas novas conceções e os museus tradicionais é que estes distinguem-se pelos seus objetivos, que se centram nas questões sociais, pela inserção e participação na vida da comunidade. O sentimento de pertença, o desenvolvimento crítico e a aproximação e aceitação de outros povos e culturas são alguns dos objetivos essenciais deste novo movimento, que é a Nova Museologia.

O conceito de *ecomuseu* foi o que mais se aproximou da questão da investigação e salvaguarda do PCI. Com efeito, um ecomuseu centra-se mais na herança cultural, pois aqui o importante é o que está por detrás do objeto, é a sua construção, os seus valores, a sua história e os seus protagonistas, é uma forma de salvaguarda da memória.

Quem inventou o conceito de *ecomuseu* foi Hugues de Varine, antigo diretor do Conselho Internacional de Museus (doravante ICOM), tendo utilizado este conceito pela primeira vez em 1971, numa sessão do ICOM.

A definição de *ecomuseu* não parou de ser estudada e melhorada por vários autores, como é o caso de George Henri Riviere, que sempre apoiou este movimento. Cada vez mais este conceito se foi opondo ao de *museu tradicional*. Aqui, o importante deixou de ser o edifício, para passar a ser o *território* e tudo o que este contém, tudo o que pertence aos seus habitantes, como as suas heranças culturais.

Apesar de não ser essa a intensão inicial da Nova Museologia, visto que o assunto ainda não estava bem definido na altura, o conceito de ecomuseu, como já referi anteriormente, foi o que mais se aproximou do PCI. A identidade e a memória coletiva de um povo tornaram-se importantes para os objetivos dos ecomuseus e foi aqui que a etnografia ganhou importância, visto que se começou a investigar o “saber fazer”. Os ecomuseus focam-se na trilogia de *território*, *patrimónios* e *comunidades*. O material

passa a ser uma parcela do património destes museus e o imaterial, o “saber-fazer”, torna-se no ponto essencial destes espaços.

Todos estes desenvolvimentos em torno da questão da Nova Museologia e também do PCI levaram a que os museus etnográficos tivessem a oportunidade de redefinir as suas ações e objetivos. Estes museus dispõem de coleções de objetos associadas à cultura tradicional da comunidade onde estão inseridos. Desta forma, a vida do objeto, as pessoas, os lugares e os valores tornam-se tão importantes de serem estudados, investigados, preservados e até inventariados como o próprio objeto.

Os museus começaram a ter um papel cada vez mais importante quanto à salvaguarda do PCI. A partir da Convenção de 2003, foi necessário tomar medidas que combatassem a extinção de algumas tradições culturais. Apesar de a incorporação das comunidades, grupos e/ou indivíduos ser a principal medida de salvaguarda do património imaterial, os museus acabam também por ter um papel importante na sua preservação.

Embora as estratégias de salvaguarda passem pela recolha e documentação dessas culturas imateriais, a UNESCO vê esse património também como *living heritage*, isto é, para salvaguardar este património é necessário também haver uma sucessão de aprendizagens do PCI, sendo essa a estratégia mais acertada para proteger o saber-fazer.

Após vários anos de conversações e estudos, o ICOM mudou a definição de *museu*, tornando-a muito mais abrangente do que a anterior:

*“O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.”*²³

O importante a reter acerca da Nova Museologia é que este movimento nasceu devido a uma necessidade. Não obstante o conceito ainda se encontrar em desenvolvimento, este muito contribuiu para a questão da preservação da memória, da herança imaterial de cada comunidade, grupo e/ou indivíduo.

²³ Disponível na internet. Retirado de <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> (Consultado a 20 de junho de 2020)

Os ecomuseus e outros conceitos derivados da Nova Museologia não foram criados para serem museus em grande escala, foram sim criados para pertencerem à comunidade onde estão inseridos, para salvaguardarem o vasto património (natural, cultural, ...), para assim transmitirem os seus conhecimentos, as suas heranças culturais, o saber-fazer.

No caso português, o interesse pelo património cultural e natural só teve regresso após a instauração do novo regime democrático, assim como o aparecimento de projetos museológicos essencialmente ligados à Nova Museologia só começaram a ser criados após o ano de 1974. Hoje em dia, em Portugal, existe uma vasta rede de ecomuseus, situados de norte a sul do país²⁴, todos eles com o objetivo de preservar o património cultural e natural.

Capítulo II – Estratégias para a Salvaguarda do PCI no contexto nacional e local

II.1- Estratégias de salvaguarda

A Convenção para a Salvaguarda do PCI foi a grande impulsionadora para a criação de estratégias que salvaguardassem as tradições e heranças imateriais. A principal estratégia proposta pela Convenção foi a obrigatoriedade, por parte dos Estados-Parte, de criarem inventários, como irei explicar no ponto seguinte.

Apesar de ser a proposta principal, esta acaba por não ser suficiente para uma total salvaguarda, sendo necessárias outras propostas complementares, pois foram e são precisas outras estratégias que permitam uma competente preservação do património imaterial. A recolha de testemunhos orais, por exemplo, é uma das estratégias eficazes para a salvaguarda da memória e de recolha e identificação de tradições de uma determinada comunidade ou grupo.

Cada património imaterial tem as suas especificidades, as suas singularidades, que o torna único, de maneira que se chegou à conclusão de que não é possível criar uma fórmula universal para a sua preservação e, como tal, coube aos Estados-Parte encontrarem as melhores estratégias para esse fim.

²⁴ Lista da Rede de Ecomuseus em Portugal. Disponível na internet. Retirado de <https://globalherit.hypotheses.org/casa-muss-amb-ike-espaco-de-museologia-informal/rede-de-ecomuseus-em-portugal>. (Consultado em 12 de fevereiro de 2021).

A Convenção inclui outras opções de propostas essenciais, mas não obrigatórias, para a salvaguarda do PCI, que incluem a criação de estratégias de investigação e estudos científicos, técnicos e artísticos do património. É necessário de igual forma que o património, após ser investigado, não acabe *arquivado*, sem que ninguém possa ter direto acesso a essas informações, como acontecia antigamente, e para isso é necessário criar ações, como incluir museus e outras instituições que garantam a acessibilidade do PCI a todos, de forma a salvaguardar o mesmo.

A Educação é um ponto essencial para que a salvaguarda do património seja bem-sucedida, pois *salvaguardar* inclui medidas que garantam a viabilidade do património, a sua preservação, promoção e transmissão. Neste sentido, a educação é uma área essencial para uma boa preservação da memória e do património imaterial local, pois poderá sensibilizar as crianças e os mais jovens para a preservação da herança cultural da sua região e até mesmo dos testemunhos dos pais e avós sobre alguma tradição da região. São também os mais novos que podem dar continuidade, mais tarde, à herança que lhes foi transmitida e, por isso, é que se reveste de grande importância incutir-lhes o sentimento de pertença.

A preservação não passa apenas por exibir o objeto no seu lado material, mas também no seu lado imaterial. É preciso pensar nas estratégias e em como cada domínio do PCI é diferente e único, sendo necessário que as propostas se adaptem às suas especificações. Os museus têm aqui uma oportunidade de aproveitar a área da educação para se revitalizarem e tornarem mais acessíveis a todos através de palestras, exposições e até *workshops* de aprendizagem dos saberes locais, por exemplo, criar programas educativos com o principal intuito de incutir nos mais jovens um sentimento de interesse, respeito e principalmente de pertença pelo património tanto nacional como local.

Porém, no que diz respeito à área da educação nos museus, é preciso salientar que foi necessário um longo processo até se perceber a importância da mesma nestas instituições. Em Portugal, só no Pós 25 de abril de 1974, e com o consequente acesso à educação e à cultura para todas as pessoas, é que se começou a dar mais atenção aos serviços educativos nos museus. Surgiram, então, os primeiros cursos superiores com o intuito de formar técnicos com competências específicas para atuarem na área da educação museológica e, com o tempo, a educação tornou-se, cada vez mais, numa função importante para os museus, sendo que, inicialmente, estaria mais direcionada para o público escolar. Com a reinvenção dos museus, a função educativa começou a

abranger também o público geral, através de *workshops*, palestras e outras formas de tornar o visitante num participante mais ativo.

Quando falamos da função educativa nos museus portugueses, também é relevante salientar que existem normas legislativas que defendem a educação como uma das funções essenciais de um museu. Prova disso é a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, que aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, que contém o Artigo 42.²⁵, referente à educação, e o Despacho Normativo n.º 3/2006, que aprova o Formulário de Candidatura à Credenciação de Museus, no qual um dos requisitos para um museu integrar a Rede Portuguesa de Museus é o de possuir obrigatoriamente um serviço educativo.

A UNESCO também se pronunciou sobre esta questão, através da Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (2015), na qual a educação é de igual forma apontada como uma das funções fundamentais de um museu: “A educação é outra função fundamental dos museus. Os museus atuam na educação formal e informal e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento e da transmissão do conhecimento, de programas educativos e pedagógicos, em parceria com outras instituições, especialmente as escolas.”²⁶

Após vários anos de pensamento e estudo sobre o que é o património imaterial, quais os seus domínios e de que forma estes podem ser salvaguardados, a questão atualmente é o porquê de ser importante salvaguardar uma certa manifestação cultural, apontar para o seu valor histórico e social, para o impacto que tem nas comunidades em que essa tradição cultural se encontra inserida. O conhecimento sobre o PCI e mesmo a sua prática é um direito que os cidadãos têm e é isso que o Conselho da Europa pretende, não olhar apenas para o objeto ou para a prática festiva, mas também para as pessoas

²⁵ Artigo 42.º Educação referente à Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto:

1 - O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.

2 - O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.

3 - Os programas referidos no n.º 1 do presente artigo são articulados com as políticas públicas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social.

²⁶ Retirado da Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade de 2015. Disponível na internet. Retirado de https://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf. (Consultado em 18 de abril de 2021).

que pertencem a essas manifestações culturais, isto é, olhar para o património cultural mais orientado para as pessoas, para os detentores da memória.

Uma das estratégias de salvaguarda criada recentemente, neste caso direcionada para a preservação e desenvolvimento das práticas artesanais, isto é, o saber-fazer, é o Programa “Saber-Fazer”, aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, na data de 23 de outubro de 2020. Esta resolução contém a estratégia nacional e as medidas de salvaguarda, reconhecimento e desenvolvimentos sustentáveis das produções artesanais que terão de ser implementadas entre 2021 e 2024.

Este Programa tem como objetivos valorizar, preservar e salvaguardar o “saber-fazer”, formar profissionalmente com o intuito de assegurar a continuidade das artes e ofícios, desenvolver e afirmar as práticas artesanais que fazem parte da identidade heterogénea de um território, tornando-as em novos modelos de negócio dinâmicos e inovadores, capazes de melhorar a independência financeira dos envolventes, promovendo as artes e ofícios tradicionais como uma atividade atual e contemporânea, assim como incentivar a criação de novos empregos, estimular o interesse das gerações mais novas pelas tradições e práticas artesanais e ainda contribuir para a divulgação e promoção da região de forma a incentivar mais o turismo, através de medidas como a criação de roteiros temáticos direcionados para o PCI.

Assim, será criada uma associação que terá como associados públicos do Estado, através de um membro do Governo ligado à área da cultura, o Instituto do Turismo de Portugal, o IADMI – Agência para a Competitividade e Inovação, o IEFP - Instituto de Emprego e da Formação Profissional, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária. Esta associação terá de coordenar, articular e mediar as relações entre entidades, públicas e privadas, e agentes no território, promover as artes e ofícios no âmbito de um reposicionamento nacional e reconhecimento internacional, assim como estimular a cooperação institucional e a partilha de conhecimento entre artesãos, entidades e empresas.

Nesta resolução, é definido o que o Programa entende por “artes e ofícios” e por “artesão”, sendo que as “artes e ofícios” assentam na aptidão e habilidade técnica e no aprofundado conhecimento dos materiais e das técnicas. São práticas de pequena escala, reconhecidas social e culturalmente. Quanto ao “artesão”, é considerado o especialista da prática artesanal, é quem conhece melhor as técnicas e os materiais, demonstrando habilidade e perícia manual, assim como sentido estético.

Este Programa assenta essencialmente em três eixos:

1. a *Transversalidade*, em que algumas medidas são o Estudo sobre o Setor das Artes e Ofícios; a criação de um Fundo para as Artes e Ofícios; a criação de um espaço digital “saberfazer.pt”; o desenvolvimento de relações internacionais, de forma a promover a diversidade cultural;
2. a *Territorialidade*, partindo de medidas como a conceção de Laboratórios de Intervenção Territorial; o Alargamento da Oferta de Formação Profissional, de modo a descentralizar a formação profissional dos artesãos, através do IEFP e do CEARTE – Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património; a criação da Oficina na Escola, para fomentar o interesse nos mais jovens;
3. a *Tecnologia*, através de medidas como o Centro Tecnológico do Saber-Fazer; o reforço do reconhecimento do CEART como centro de formação profissional especializado; o Banco do Conhecimento, com o intuito de reunir e tornar acessível a documentação sobre o Saber-Fazer; Ateliês; Exposições.²⁷

II.1.1- Participação das comunidades, grupos e indivíduos

Outro dos pontos principais da Convenção é a cooperação e participação das comunidades, grupos e indivíduos na salvaguarda. Essa estratégia veio contrariar a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional de 1989, que considerava que o papel de investigação e salvaguarda deveria estar na mão das organizações científicas e/ou culturais, como é o caso de museus, arquivos e universidades. A Convenção de 2003 veio transferir esse papel para os detentores das práticas, pois o *imaterial* é um património que é transmitido oralmente e, muitas vezes, de geração em geração. Por isso, é um património que está ligado diretamente às comunidades, grupos e/ou indivíduos, já que são estes que executam e praticam essas atividades e são eles que conhecem as suas tradições culturais locais. É por essa razão que a Convenção definiu que a função de preservar, investigar e, no fundo, salvaguardar deve estar nas mãos das comunidades, grupos e indivíduos.

No entanto, a supramencionada Convenção, apesar de atribuir as funções principais às comunidades, grupos e indivíduos, não menciona nenhuma definição para os mesmos. Foram necessários vários debates para se chegar a uma conclusão, sendo que foi em 2006, durante a *Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention*,

²⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro de 2020. Diário da República n.º 207 – 1.ª Série. Disponível na internet. Retirado de <https://dre.pt/application/conteudo/146240981>. (Consultado em 18 de novembro de 2020).

que ocorreu em Tóquio, que se chegou a um consenso sobre as definições de comunidades, grupos e indivíduos:²⁸

- **Communities** are networks of people whose sense of identity or connectedness emerges from a shared historical relationship that is rooted in the practice and transmission of, or engagement with, their ICH²⁹;
- **Groups** comprise people within or across communities who share characteristics such as skills, experience and special knowledge, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners or apprentices.³⁰
- **Individuals** are those within or across communities who have distinct skills, knowledge, experience or other characteristics, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners and, where appropriate, apprentices.³¹

A inclusão das comunidades, grupos e indivíduos na salvaguarda do PCI obedece à estratégia denominada por *bottom up*, na qual a preservação, investigação, promoção e transmissão do património deve partir dos locais e não das principais instâncias públicas, isto é, deve começar nas comunidades, grupos e indivíduos e terminar nas instâncias governamentais, ao contrário da estratégia *top down*, que a Recomendação de 1989 refere e que normalmente é mais utilizada.

A ideia da estratégia de o processo de salvaguarda do PCI estar nas mãos das comunidades, grupos e/ou indivíduos deve-se à própria definição de PCI, de este ser “[...] um “património vivo”, dinâmico, sujeito à mudança, à mobilidade e ao fluxo de

²⁸ Report of Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention. (2006) Tóquio. p. 5. Disponível na internet. Retirado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00034-EN.pdf> (Consultado a 20 de junho de 2020)

²⁹ Tradução livre da autora: Comunidades: As comunidades são um conjunto de pessoas que vivem num determinado território, compartilhando e transmitindo as suas tradições históricas e culturais.

³⁰ Tradução livre da autora: Grupos: Os grupos englobam as pessoas dentro ou entre uma comunidade ou comunidades que partilham características comuns, neste caso cultural, como as competências, as experiências e mesmo conhecimentos específicos.

³¹ Tradução livre da autora: Indivíduos: Os indivíduos são aqueles que desempenham um papel específico nas práticas, são os que praticam, recriam e os que aprendem, são aqueles que transmitem os saberes, são os que detêm as aptidões, conhecimentos e experiências acerca do seu PCI.

peças, conhecimentos e bens, sendo recriado em função do seu meio, da sua interação com a natureza, da sua história e da sua sustentabilidade” (Bortolotto, 2011; Sousa, 2015). Está nas mãos das comunidades, grupos e indivíduos definir o que é o PCI e o que deve ou não ser salvaguardado, desde que essa identificação esteja de acordo com as diretrizes da Convenção, no que diz respeito às características que os bens culturais devam possuir. São exemplos dessas normas os bens culturais terem de ser transmitidos de geração em geração, respeitar os direitos humanos e incutir um sentimento de identidade e de continuidade, entre outros critérios que podem ser encontrados na Convenção de 2003.

No que concerne à questão dos inventários, as comunidades, grupos e/ou indivíduos têm um papel essencial, pois são estes que definem o património a ser salvaguardado, logo, a ser inventariado. Nesta área, são quem fornece as informações necessárias para uma correta inventariação, visto que são os próprios os detentores da prática e do saber tradicional.

II.2- A Etnografia e os conceitos de cultura ligados ao PCI

As expressões culturais que atualmente são denominadas por imateriais sempre foram objeto de estudo por parte das disciplinas de antropologia e etnografia. Numa perspectiva histórica, pensa-se que o interesse pela patrimonialização teve origem na época da Renascença, pois foi aí que se começou a criar coleções privadas e a expor objetos considerados insólitos e, para isso, fazia-se uma intensa investigação e recolha de informação sobre os artefactos.

A pesquisa profunda que é necessária para que se consiga uma boa salvaguarda do PCI é realizada, grande parte das vezes, por etnógrafos e antropólogos, que têm como objetivo principal estudar a cultura de uma comunidade ou grupo, analisar as suas atividades, as suas crenças e hábitos e depois registar todos estes dados.

Quando falamos em PCI, é fundamental entender o conceito de *cultura* de uma forma geral, mas principalmente o seu lado antropológico e, para isso, Edward Tylor, antropólogo inglês, menciona, na sua obra *Primitive Culture*, de 1871, que “a cultura ou civilização, entendida no seu sentido etnográfico mais amplo, é o conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, o costume e

*toda a demais capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.*³²

O conceito de *cultura*, antigamente, referia-se apenas ao trabalho da terra, do cultivo. Quando as ciências sociais começaram a ter mais impacto e a ganhar relevo como uma verdadeira ciência, passou a olhar-se para o conceito de cultura como um conceito de espírito, como cultura do espírito, aluindo às práticas eruditas.

A cultura começou a ser compreendida como um conceito de diferentes sentidos e aceções, não estando relacionada apenas com uma comunidade, grupo ou indivíduo, caracterizando-se assim por diferentes manifestações, sendo intrínseca a todos os grupos sociais e transmitida através de uma herança social.

A cultura como interpretação é um diálogo que é aberto e inacabado, que vai sendo construído e onde todos damos o nosso contributo.

O Homem depende do que é o seu equipamento biológico, das suas necessidades biológicas e vitais. A forma como cada ser humano leva a cabo a satisfação dessas necessidades depende da cultura em que está inserido, pois cada pessoa é resultado do meio cultural a que pertence, isto é, das tradições e das heranças dos seus antepassados e é esse modo de satisfação dos antepassados que deve ser investigado e preservado, pois acaba por fazer parte da herança cultural de uma determinada sociedade, comunidade ou grupo.

Clifford Geertz, um dos principais antropólogos do século XX, olha para a cultura através de um sistema simbólico, propondo uma cultura semiótica que vai criticar o sistema cognitivo, pois o comportamento humano não se vai deixar resumir a metodologias fechadas, a métodos e regras. Há um conjunto de mecanismos de controlo, instruções e normas, num sentido aberto, contrariando a ideia do Iluminismo de que o Homem é entendido como espécie e não como ser singular, independentemente do seu contexto, das suas crenças e dos seus valores.

Podemos dizer, então, que a etnografia consiste em descodificar os códigos de símbolos partilhados pelos membros de uma certa sociedade ou cultura.

³² Edward Burnett Tylor e o conceito de cultura. Disponível na internet. Retirado de [https://www.infopedia.pt/\\$edward-burnett-tylor](https://www.infopedia.pt/$edward-burnett-tylor) (Consultado a 20 de junho de 2020)

A Convenção de 2003 acaba por dar mais ênfase à etnografia como forma de salvaguarda do PCI, através da relevância dada à realização dos inventários.

O trabalho da etnografia passa por estudar e compreender profundamente a cultura de uma certa comunidade ou grupo, mas a verdade é que um etnógrafo acaba apenas por conseguir deixar interpretações fragmentadas dessa mesma cultura, porque a única pessoa capaz de interpretar totalmente a cultura é o nativo da própria. Por essa mesma razão, na Convenção para a Salvaguarda do PCI privilegia-se que as próprias comunidades, grupos e indivíduos tenham um papel ativo na recolha de informações e até mesmo na salvaguarda das suas heranças culturais e tradições ancestrais.

Geertz, na sua obra *A Interpretação da Cultura*, refere que o trabalho da etnografia é descrito não apenas como observação e registo, mas também como sendo uma descrição densa. O etnógrafo tem o trabalho de observar, refletir e compreender os diferentes níveis de uma realidade, captando as particularidades de uma determinada cultura e são essas particularidades que agora denominamos por PCI.

A investigação que um etnógrafo executa tem de estar inserida num certo contexto social. A etnografia recolhe os dados, mas esta mesma recolha obriga a que exista um contacto próximo entre o etnógrafo e a comunidade a ser investigada, tentando compreender as diferentes crenças, regras, emoções, motivações, relacionando-as sempre com o social.

A cultura é uma ciência de interpretação e é onde se tecem as teias de significado³³. Podemos, assim, olhar para a cultura como uma simples sequência experimental, como uma ciência interpretativa que também procura significados.

Para ser possível realizar uma correta salvaguarda do que é o património imaterial é necessária uma investigação complexa e dar grande atenção às singularidades que nos diferenciam e que nos caracterizam.

Quanto ao conceito de *tradição*, este está direcionado para o que é a salvaguarda do PCI. A tradição é uma passagem oral das doutrinas e práticas culturais de uma certa comunidade ou grupo, sendo que grande parte das vezes essa transmissão é concretizada de geração em geração.

³³ “Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura com o sendo essas teias e a sua análise;”. Geertz Clifford. (1978). *A Interpretação das Culturas*. (pp.13-41)

II.3 – Inventários

A criação de *inventários* como forma de preservar, identificar, valorizar e divulgar o PCI local, regional e/ou nacional foi uma função obrigatória para todos os Estados-Parte, imposta pela Convenção de 2003. O objetivo destes inventários é o registo exaustivo das expressões culturais do PCI, de maneira a não criar hierarquizações ou mesmo discriminações sobre algumas manifestações.

Cada Estado-Parte é obrigado a estabelecer “*um ou mais inventários do PCI presente no seu território em conformidade com o seu próprio sistema de salvaguarda do património*”³⁴.

Tendo-se tornado numa das questões essenciais da Convenção, houve algumas discussões devido ao facto de não existirem quaisquer diretrizes quanto à formalização e esquematização destes inventários. Por isso, criaram-se várias reuniões para debater a questão dos inventários, sempre com o intuito de melhorar a sua concretização.

O ponto essencial da criação destes inventários é a necessidade de envolver as comunidades, grupos e/ou indivíduos na identificação do PCI, de terem uma participação ativa e direta na recolha e na criação de atividades, projetos para a divulgação, preservação e dinamização do PCI.

Em 2006, na reunião *Expert Meeting on Documenting and Archiving Intangible Cultural Heritage*, desenvolveu-se um campo de inventário que serviria como base para as recolhas de dados sobre o PCI, sendo que esse campo teria os seguintes pontos:

- Título curto, mas informativo;
- Comunidade/língua;
- Localização;
- Domínios;
- Características da expressão/tradição;
- Elementos tangíveis associados (se existentes);
- Disponibilidade dos elementos tangíveis associados?;
- Nome do elemento atribuído pela comunidade envolvida;
- Realizado em que ocasião?;
- Realizado por quem (idade/género/nomes)?;

³⁴ Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Artigo 12.º. Disponível na internet. Retirado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> (Consultado a 18 de novembro de 2019)

- Contextualização histórica;
- Terminologia (algumas comunidades, grupos e/ou indivíduos têm um léxico próprio, logo, as manifestações orais seguem esse léxico que também é necessário preservar);
- Como se transmite?;
- Viabilidade ou nível de perigo;
- Ameaças (se existentes);
- Organizações locais relevantes (se existentes);
- Autorização explícita da comunidade para a inclusão numa lista?;
- Referência a materiais bibliográficos/discografia, audiovisuais?;
- Informação recolhida por?;
- Informação recolhida quando?³⁵

Apesar de se terem criado estruturas-base para os inventários, como a que está acima descrita, estas são apenas recomendações de peritos. Cada Estado-Parte é livre de criar os inventários da forma que acredita ser a mais correta, de seguir a abordagem que achar mais pertinente e de utilizar os parâmetros que considerar ser os mais acertados, tanto para a recolha de dados como para a criação do próprio inventário. Dito isto, não existe uma «lei» que dite as regras dos elementos que um inventário deve conter, por isso existem inventários mais completos e outros mais sucintos.

Os inventários são uma obrigação, pois são também uma forma de permitir distinguir quais os patrimónios que se encontram em declínio e precisam urgentemente de salvaguarda. Além disso, para os patrimónios poderem candidatar-se à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e/ou à Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente, têm de estar, obrigatoriamente, representados num inventário, seja este nacional ou mesmo local.

É importante referir que o trabalho de recolha e estudo do PCI, em Portugal, já era avançado, mesmo antes de se pensar na criação de inventários, os mesmos da criação da Convenção. O campo da antropologia já realiza investigações sobre as tradições e heranças culturais portuguesas desde o final do século XIX, por isso muito do trabalho de recolha já tinha sido feito. O problema aqui reside no facto de estas recolhas se

³⁵ Cabral, C. B. (2009). Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação. Definição dos campos de inventário. pp. 56-57. Disponível na internet. Retirado de https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3034/14/Disserta%3%a7%3%a3o_Patrim%3%b3nio-Cultural-Imaterial.pdf. (Consultado em 22 de novembro de 2019).

encontrarem dispersas, pois eram realizadas por museus, universidades e centros de investigação e, como tal, a compilação da informação ficava dispersa, ou mesmo restrita a um arquivo, acabando por ser esquecida.

Ainda que a inventariação seja a principal estratégia para a salvaguarda do PCI, a documentação também se afigura como uma estratégia. O ato de inventariar é, na verdade, uma primeira parte da documentação. A diferença entre elas é que a inventariação é mais sucinta, limitando-se apenas a conter a informação necessária para o reconhecimento e para encontrar as melhores maneiras de salvaguardar um património cultural.

Quanto à documentação em si, esta é um trabalho muito mais pormenorizado e detalhado, representando um maior nível de aprofundamento de conhecimentos, da história e do que o próprio património cultural representa. Não é um trabalho necessário de realizar no que diz respeito à salvaguarda do PCI, mas é sempre um complemento importante para a preservação da herança cultural.

II.3.1 - Legislação para a criação de inventários

Uma das principais estratégias de salvaguarda do PCI ditada pela Convenção para a Salvaguarda do PCI passa pela criação de pelo menos um inventário nacional, sendo que a inventariação é considerada a única forma de proteção legal dos bens culturais imateriais, pois só assim será possível, eventualmente, candidatarem-se à “Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade” ou à “Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente”.³⁶

No que diz respeito à legislação existente em Portugal para a salvaguarda do PCI, é importante referir a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativa à Lei de Bases do Património Cultural, na qual são determinadas as bases políticas para a sua proteção, isto é, constitui as ações políticas do Estado, assim como das autarquias locais, para que assegurem uma correta salvaguarda do património imaterial. Como é referido no Artigo 1.º, o objetivo desta Lei de Bases do Património Cultural é o de “...estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”.³⁷ É de igual forma importante

³⁶ Ibidem, Artigo 12.º: Inventários.

³⁷ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. Diário da República n.º 209/01 – 1.ª Série A. Disponível na internet. Retirado de <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html> (Consultado em 20 de março de 2021)

salientar outros instrumentos normativos, como é o caso do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do PCI, e também do Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, que é a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009.

Realmente, é através destas legislações que, em Portugal, se estabelece o regime de salvaguarda do PCI e, de igual forma, também é referida a relevância que um sistema de inventariação, através da criação de uma base de dados de acesso público, possui para a transmissão, reconhecimento e eventual salvaguarda do PCI nacional, em concordância com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003.

Em Portugal, o Inventário Nacional do PCI (MatrizPCI), que é uma base de dados de acesso público, após a alteração do Decreto-Lei, passou a ser regido pela Direção-Geral do Património Cultural, que tem agora a responsabilidade de decidir sobre os pedidos de registo de inventariação e, ainda, decidir sobre quais os procedimentos de revisão e atualização.³⁸

Para se registar uma manifestação do PCI no inventário nacional é necessário um trabalho de recolha prévio, assim como a participação e mesmo envolvimento ativo por parte das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que se constituem como detentores da prática do PCI.³⁹

Como é referido na Convenção de 2003, no Artigo 12.º, cada Estado-Parte poderá estabelecer mais do que um inventário de salvaguarda e esse processo de inventariação, para além do Estado e mesmo de autarquias locais, pode ser realizado por comunidades, grupos ou indivíduos, ou mesmo por organizações não-governamentais.⁴⁰ Na verdade, qualquer interessado poderá criar um inventário e preservar, desse modo, a herança cultural que pretender e da forma mais conveniente, visto que, como já referi anteriormente, não existe nenhuma base obrigatória para a criação de inventários.

Entretanto, no ano de 2010, foi aprovada a Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril, que ratifica o formulário para o pedido de inventariação legal do PCI, assim como as

³⁸ Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto. Diário da República n.º 209/01 – 1.ª Série A. Disponível na internet. Retirado de <https://dre.pt/application/conteudo/69935162> (Consultado em 18 de novembro de 2019)

³⁹ Ibidem, Artigo n.º 6.

⁴⁰ Ibidem, Capítulo II, Artigo n.º 5.

normas de preenchimento da ficha de inventário. Esta legislação serve para que os PCI que tenham relevância suficiente possam pertencer legalmente à base de dados do Inventário Nacional. Em Portugal, essa decisão compete, após um vasto processo, à Direção-Geral do Património Cultural, que delibera se estão reunidas as condições exigidas e se, eventualmente, o PCI pode candidatar-se à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou à Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente.

Nesta legislação, pode encontrar-se toda a documentação, informação e caracterização necessárias para a manifestação cultural que se pretende inventariar, como é o caso da ficha de inventário do património cultural imaterial, da documentação obrigatória para integrar o pedido de inventariação e das normas de preenchimento da ficha de inventário⁴¹, com o intuito de se proceder, através de normativas legais, à salvaguarda legal da mesma.

II.3.2 - Inventários Nacionais

A criação de inventários foi uma das propostas mais importantes da Convenção para a Salvaguarda do PCI. Como já mencionei anteriormente, o objetivo principal da criação destes inventários é realizar uma recolha dos saberes e práticas tradicionais e perceber se estes devem pertencer à Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade ou mesmo se devem constar da Lista do Património Imaterial da Humanidade que necessita de salvaguarda urgente. O inventário que se encontra principalmente direcionado para esse fim é o MatrizPCI, que é o inventário nacional do Património Cultural Imaterial gerido pela Direção-Geral do Património Cultural.

Como também já foi suprarreferido, a Convenção indica que devem ser instituídos um ou mais inventários, mas não existe qualquer diretriz de como os inventários devem ser formados, não havendo qualquer proibição da existência de outros inventários no país.

Aproveitando a proposta dos inventários, foram várias as instituições regionais e nacionais, assim como vários concelhos e museus, que criaram os seus próprios inventários, de forma a não só salvaguardarem o seu património, como também a mostrarem-se ao mundo e, se possível, a criarem um sentimento de pertença e de preservação da memória. Posto isto, irei falar brevemente, de seguida, sobre três dos inventários portugueses que considerarei pertinentes para servirem de exemplo para

⁴¹ Portaria n.º 196/2010 de 9 de abril. Diário da República, n.º 69/2010 – 1.ª Série. Disponível na internet. Retirado de <https://dre.pt/application/conteudo/612210> (Consultado a 18 de novembro de 2019)

demonstrar que é possível haver inventários que, apesar de terem o objetivo comum de salvaguardar o seu património, são totalmente diferentes na maneira como o fazem.

II.3.3 – As novas tecnologias como estratégia de salvaguarda do PCI

As novas tecnologias ou, neste caso, as tecnologias da informação e da comunicação tornaram-se atualmente numa ferramenta indispensável. O uso da internet tornou-se num hábito constante, com a qual todos os dias e a qualquer momento é possível termos acesso à informação atualizada que pretendemos de forma fácil e rápida.

Estas tecnologias vieram revolucionar o modo de vida das pessoas. Se, antigamente, era impensável contactar por telefone um parente que estivesse a viver no estrangeiro, hoje em dia é possível até fazer uma videochamada, sem sairmos do conforto do nosso sofá. A internet é uma ferramenta que nos veio permitir, estejamos onde estivermos, ter acesso a qualquer informação, fazer compras e até visitar museus do outro lado do globo, tornando-se, também, num instrumento de aprendizagem.

O conceito de Web 2.0 foi criado, após uma crise no mercado da internet, que levou à falência várias empresas, pela *O'Reilly Media* e pela *MediaLive International*, tendo sido a grande revolução no que diz respeito à evolução dessa rede.

A internet passou a ser uma ferramenta de trabalho, uma fonte de informação atualizada e também de comunicação. O utilizador passou a poder criar, produzir e modificar conteúdos, sem ter de entender sobre programação. Começou a fazer parte de plataformas cooperativas e interativas, como é o caso do *Youtube*, através da partilha de vídeos; o *Flickr*, através da partilha de fotografias; os blogues, em que é possível partilhar constantemente mensagens ou pequenos textos, incluir imagens ou vídeos; e, ainda, as redes sociais, como o *Facebook* ou o *Instagram*, que vieram revolucionar a comunicação e interação entre pessoas, tornando possível a partilha de interesses, opiniões e recursos, estabelecer contactos pessoais, criar novas amizades e reencontrar antigas. Porém, o papel das redes sociais vai mais além, passando a ser uma maneira prática de divulgar produtos e serviços, sendo utilizadas por diversas marcas e instituições por todo o mundo, não só com o intuito de difusão comercial, como também de partilhar informações sobre os mais diversos assuntos.

Assim, pode concluir-se que o conceito de Web 2.0 apareceu com o intuito de partilhar informação e conhecimentos, através de várias ferramentas, como aquelas que elenquei anteriormente.

No nosso caso, o que realmente importa referir quanto à ferramenta que mais se adequa à difusão e salvaguarda do PCI é mesmo a criação de páginas *web* dedicadas ao tema, como é o caso, por exemplo, da criação dos inventários nacionais, medida que deverá ser implementada pelos Estados-Parte. Esta determinação permitiu já que fossem criados vários inventários digitais, onde é possível ter acesso a toda a informação sobre uma expressão cultural que esteja inserida nesses inventários, bastando apenas ter acesso à internet.

A criação de páginas *web* dedicadas é uma ferramenta onde é possível aceder a informação e conhecimentos sobre o património cultural, através da partilha de documentos, estudos, testemunhos, assim como de vídeos e fotografias sobre as várias manifestações culturais existentes. É uma mais-valia para dar a conhecer essas manifestações ao mundo, podendo partilhá-las e assegurar parte da sua salvaguarda.

Dito isto, e visto que as novas tecnologias são tão importantes para a educação e aprendizagem, nada melhor do que aproveitá-las para salvaguardar as manifestações culturais.

Assim, a Convenção de 2003 obrigou os Estados-Parte a criarem pelo menos um inventário *online*, não apenas com o intuito de preservar o PCI, mas também de forma que estivesse disponível para qualquer pessoa que queira aceder e conhecer um pouco melhor os PCI através do inventário, de documentos, imagens e vídeos, entre outros formatos.

Em Portugal, começaram a aparecer vários inventários sobre manifestações culturais, alguns regionais, outros nacionais, uns sobre um tema mais específico e outros mais abrangentes, mas todos com o objetivo principal de serem uma forma de partilha de informação, incluindo comunidades, grupos ou indivíduos na investigação, na preservação da memória, na divulgação e salvaguarda das expressões culturais da sua região.

De seguida, irei falar de três desses inventários criados em Portugal, começando pelo inventário nacional MatrizPCI, que é o único que pode atribuir proteção legal ao património imaterial. Posteriormente, irei fazer referência ao MemóriaMedia, que também tem como objetivo a inventariação e divulgação das manifestações culturais de todo o país, realizando investigações no terreno. Por fim, irei falar de um caso mais regional, que é o Arquivo de Memórias, que não tem como objetivo a inventariação,

mas sim a divulgação de testemunhos de vida, através de entrevistas que acaba por ser também uma maneira de salvaguardar a memória.

II.3.3.1 – MatrizPCI

O MatrizPCI é o inventário nacional dirigido pela Direção-Geral do Património Cultural. É neste portal *online* que se deve inscrever o PCI, de forma que este, futuramente, possa ser legalmente protegido e reconhecido pela UNESCO, através da submissão do dossiê de instrução para o pedido de proteção legal de uma manifestação de PCI.

Nesta base de dados, encontram-se disponíveis para consulta pública vários recursos, como documentos que ajudam na inscrição dos patrimónios, assim como leis e normas acerca da salvaguarda do PCI.

É possível realizar uma pesquisa por todas as manifestações imateriais que tenham submetido a sua proposta de inventário, assim como a sua história, os contextos e em que ponto está quanto ao processo de inventariação.

Por fim, contém uma *área jovem*, que inclui um Kit de Recolha, que é um instrumento que contém várias fichas com o intuito de ajudar os mais jovens a fazerem eles próprios uma recolha de informação sobre os PCI, criando assim um sentimento de interesse pelo património do seu país ou da sua região. Nesta área, existe também um *quiz* com vários níveis de dificuldade, com questões sobre a salvaguarda do PCI, de forma a poderem testar os seus conhecimentos quanto ao tema.

II.3.3.2 – MemoriaMedia

O MemoriaMedia é um projeto que tem como principal entidade parceira o Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – patrimónios, artes e culturas, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Este projeto é considerado um museu virtual, um *e-museu*, direcionando-se para a difusão e preservação das manifestações culturais de todo o país. Fazem parte da equipa vários realizadores, operadores de multimédia, sociólogos e antropólogos, dedicados ao trabalho de pesquisa e divulgação do PCI, para que seja feito de forma excecional. Um dos pontos essenciais deste projeto é que se privilegia e valoriza a participação das comunidades, grupos e/ou indivíduos no processo de patrimonialização.

Nesta plataforma, é possível navegar pelos vários domínios (Expressões orais; Saber-fazer; Celebrações; Práticas Performativas; Natureza e Universo; Festas e Festivais), podendo encontrar ficheiros audiovisuais, documentários e inventários, nos quais os principais atores são os próprios detentores da memória, de forma a envolver as comunidades neste processo de preservação e salvaguarda das manifestações culturais.

Neste *e-museu*, é possível também estar a par dos diversos eventos, colóquios e exposições dedicados aos vários domínios do PCI.

II.3.3.3 – Arquivo de Memória (Vila Nova de Foz Côa)

O projeto é promovido pela ACOA – Associação de Amigos do Parque e Museu do Côa e, neste momento, conta com um protocolo com a UNESCO, através da criação do Clube UNESCO Entre Gerações.

A finalidade deste projeto é a recolha de testemunhos de vida, das memórias dos mais velhos, combatendo o isolamento destes através da participação dos mais jovens, pois são estes que realizam essas recolhas, conversando e entrevistando os mais idosos, que têm muito para contar. Através deste projeto, é possível preservar os testemunhos de vida destes detentores da memória.

O arquivo é livre, sendo que não existem fronteiras quanto a quem pode fazer parte do mesmo, desde que tenha uma história para contar. A equipa é variada, existindo empresas que também colaboram com o projeto.

O registo é feito através de audiovisual e o arquivo encontra-se dividido entre o registo de pessoas, memórias e lugares, havendo testemunhos dos mais diversos temas e momentos da história.

Capítulo III – Proposta de metodologia de inventariação – Arquivo de Memórias das Casas e Lugares do Sentir

Durante o estágio, tive a oportunidade de trabalhar numa área que sempre considerei bastante importante. Para além de ter realizado uma pesquisa sobre o concelho do Fundão, pude compreender melhor a questão da salvaguarda através da ideia da proposta de criar um Arquivo de Memórias digital, que funcionaria também como sendo um suplemento das Casas Temáticas.

Assim, para além da pesquisa sobre a história do concelho, realizei também uma investigação sobre as suas Casas Temáticas, as manifestações culturais e as freguesias em que estão instaladas essas casas.

A criação de inventários e, porventura, de uma base de dados acerca de alguns dos saberes do concelho foi considerada como medida prioritária, pois é vista como uma medida fundamental de salvaguarda. Uma vez que o concelho do Fundão possui um vasto leque de saberes e tradições, foi necessário proceder a uma escolha sobre quais os saberes a serem retratados. Assim, eu e o meu orientador por parte do Município do Fundão, o professor Pedro Silveira, após alguma discussão, decidimos seleccionar saberes que fizessem parte das casas temáticas. Nesse sentido, optámos pela *Cestaria em varas de castanho*, não só porque é uma arte que está em vias de se extinguir, visto que os artesãos já têm uma idade avançada, mas também porque o cesteiro mais antigo, ainda a exercer, é o meu avô. Quanto aos outros saberes, elegeram-se as *Flores de Santa Luzia*, porque observámos que a sua salvaguarda é um caso de sucesso, visto que já há várias pessoas que aprenderam esta arte graças à criação da Casa da Romaria, no Castelejo. Por fim, a escolha dos Bombos deveu-se ao facto de já ter sido feita alguma recolha sobre este saber e ter-se enviado uma candidatura à UNESCO para a classificação dos Bombos como património imaterial, onde os *Bombos de Lavacolhos* estão incluídos.

Selecionaram-se, então, três saberes (*Cestaria em Varas de Castanho*, *Flor de Santa Luzia* e *Bombos de Lavacolhos*) que, para além de servirem como base para os outros inventários que poderão ser feitos, são já uma salvaguarda destes patrimónios imateriais, pois, para a realização destes inventários e para a recolha de informação, levaram-se a cabo entrevistas (adiante, irei explicar melhor o porquê de terem sido seleccionados), sendo que pude conduzir uma dessas entrevistas.

Após a recolha de dados, e utilizando como base a ficha para o património imaterial incluída no Kit de Recolha do Património Imaterial, realizei inventários escritos sobre estes saberes que poderão ser úteis mais tarde, se este projeto do Arquivo de Memórias chegar a ser concretizado.

Sendo o Fundão um concelho tão rico em tradições, a criação deste Arquivo de Memórias digital seria uma mais-valia para a salvaguarda do vasto património imaterial.

Este arquivo, para além de ser uma forma de divulgação do PCI da região, seria uma forma de promover a inclusão digital como instrumento de desenvolvimento local, ainda mais agora que o Fundão é visto como um concelho aberto às novas tecnologias e à inovação, tendo já criado bastantes postos de trabalho⁴² nesta área, devido ao facto de grandes empresas tecnológicas quererem instalar-se nesta cidade, como foi o caso da *Altran*, que é uma empresa multinacional de consultoria em inovação e engenharia de alta tecnologia. Assim sendo, pode-se afirmar que o futuro são as novas tecnologias e, como tal, é importante que as utilizemos a favor da salvaguarda da memória. Foi esta constatação que levou à ideia da criação do digital.

III.1- Arquivo de Memórias

A criação deste Arquivo de Memórias digital surgiu com o intuito de criar uma ligação com as Casas Temáticas (que já são, em si, uma forma de preservação do PCI da região) e, assim, fazer recolhas de manifestações e tradições culturais do concelho. Este arquivo seria essencialmente uma base de dados, onde é possível ter acesso a vários vídeos, áudios e outros documentos sobre as tradições culturais.

Portanto, este Arquivo de Memórias não seria nada mais do que uma página *web* onde, inicialmente, seria apresentada uma caracterização do Fundão, bem como uma breve história acerca do concelho e do Arquivo em si e a sua importância para a divulgação do património. Iria conter as informações relevantes sobre as várias Casas Temáticas, como a descrição de cada uma delas, como funcionam e também a sua localização e contactos. Uma nova proposta de divulgação seria a criação e implementação de visitas virtuais às mesmas.

Relativamente à base de dados propriamente dita, esta iria conter também as informações recolhidas sobre os vários patrimónios imateriais, sendo que é necessário ainda realizar uma recolha mais aprofundada pelo concelho.

Esse património imaterial estaria dividido pelos domínios ditados pela UNESCO, através da Convenção de 2003, como já referi num outro ponto (ponto I.2 Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, pp. 10-12 do presente relatório), sendo eles:

⁴² *Fundão apostou nas novas tecnologias e criou 500 postos de trabalho qualificados*. Disponível na internet. Retirado de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/fundao-apostou-nas-novas-tecnologias-e-criou-500-postos-de-trabalho-qualificados-12681699.html> (Consultado em 19 de novembro de 2019).

- Tradições e Expressões Orais, onde se incluem contos, mitos, lendas, cancioneros, adivinhas, provérbios, pregões típicos, rimas, rezas, entre outros exemplos, em que para se realizar esta recolha seria importante a participação dos praticantes e da comunidade;
- Expressões Artísticas e Manifestações de Carácter Performativo, como músicas e danças tradicionais, teatros, entre outros;
- Práticas Sociais, Rituais e Atos festivos, que seriam as várias festividades religiosas e pagãs importantes, que estejam ligadas a algum saber-fazer ou, em alguns casos, a própria festividade seja considerada um património imaterial, pertencendo a este domínio;
- Conhecimentos e Práticas Relacionadas com a Natureza e o Universo, isto é, medicina tradicional, as mesinhas, rituais agrários, meteorologia popular, entre outros;
- Competências no Âmbito de Processos e Técnicas Tradicionais, isto é, o saber-fazer, como ofícios tradicionais, artesanato, conhecimentos tradicionais no âmbito de processos de aquisição e/ou transformação de recursos, como a caça, a coleta, a agricultura, a pesca, entre outros;
- Pratos da Gastronomia Tradicional e Típica, que é importante preservar, pois também fazem parte da identidade de uma cultura, como é o caso do feijão no forno, o cabrito assado ou mesmo o arroz-doce.

A realização de inventários será uma peça chave deste Arquivo, pois será principalmente através deles que será possível reunir as informações sobre os patrimónios, de forma a ser possível salvaguardá-los.

Outro ponto importante deste Arquivo é a recolha e partilha dos testemunhos orais dos mais velhos, com o intuito de preservar a sua memória. Ao mesmo tempo, será possível ajudar a combater a solidão de alguns deles, que irão gostar de ter companhia e de sentir que continuam a fazer parte da comunidade, percebendo o interesse de outras pessoas nas suas histórias de vida, ou mesmo numa cantiga que saibam ou no contar de uma história popular. Acaba por ser uma maneira de dar voz aos mais velhos, de mostrar que têm algo a contar que pode contribuir para o futuro da nossa cultura, sendo uma forma de eles perceberem que não foram esquecidos e que continuam a ter um papel para a sociedade e para as gerações vindouras.

Esta base de dados conterà também estímulos audiovisuais, através de um acervo fotográfico e de vídeo, onde será possível ver e rever memórias, através, por exemplo, da partilha de fotografias antigas, que poderão ser cedidas pela população,

devidamente identificadas, com o intuito de também incentivar as pessoas a incluírem-se neste processo de salvaguarda e preservação da memória do seu concelho.

Esta página será também um veículo de partilha de informação sobre todos os eventos, festas e festivais (como é o caso do Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância, que engloba várias tradições como o saber-fazer, a gastronomia e outras práticas ancestrais), exposições e *workshops* que possam estar ligados, direta ou indiretamente, ao património imaterial e à tradição cultural de todo o concelho do Fundão.

Por fim, e como forma a estimular o interesse e promoção das artes e ofícios, incentivando ainda a compra aos produtores locais e promovendo o turismo local, estaria disponível uma loja *online*, onde seria possível proceder à aquisição de algum objeto, como as *Flores de Santa Luzia*, os Bombos e os Cestos, de livros ou mesmo de uma experiência ligados ao PCI, para promover o património e ajudar os praticantes destas artes, que, em grande parte dos casos, não conseguem vender as suas peças por não estarem à disposição de todos, pois muitas das vezes o único espaço de venda é a própria oficina onde trabalham.

Assim, é possível afirmar que para além deste Arquivo ser uma importante ferramenta para a salvaguarda do património do concelho, acaba também por ser uma maneira de promover os produtos endógenos e desenvolver mais o turismo da região.

III.2- Metodologias de Inventariação

Para realizar os inventários de forma correta, recorri ao Kit de Recolha do Património Imaterial. Este Kit foi criado inicialmente em 2011, pelo Instituto dos Museus e da Conservação, que é atualmente a Direção-Geral do Património Cultural, com o intuito de ser também uma ferramenta de ensino e aprendizagem para as escolas.

Este Kit contém uma introdução e contextualização sobre o que é o património, a forma como este se subdivide, isto é, o património natural e o património cultural, dividindo-se este em material e imaterial, sendo que o material pode ser móvel ou imóvel. Aqui, também se explica o que significa salvaguardar o património e no que consiste.

Quanto à utilização do Kit de Recolha do Património Imaterial, este explica como se deve realizar a recolha, dependendo do património que se pretende inventariar. Podemos ter acesso a dez fichas diferentes, que estão divididas em três grupos:

- Fichas para Património Imaterial

- Ficha de Saberes e Ofícios Tradicionais
- Ficha de Tradições Festivas
- Ficha de Tradições Orais
- Fichas para Património Material
 - Ficha de Lugares
 - Ficha de Edifícios
 - Ficha de Objetos
- Fichas Complementares
 - Ficha de Pessoas
 - Ficha de Entrevista/ História de Vida
 - Como Desenhar uma Árvore Genealógica
 - Ficha de Projeto de Recolha

As fichas que me interessavam para as entrevistas que desenvolvi eram as do património imaterial, que se subdividiam em três dos domínios, sendo elas a ficha dos Saberes e Ofícios Tradicionais, a ficha das Tradições Festivas e a ficha de Tradições Orais. No caso específico das manifestações que inventariei, só foi necessária a ficha dos Saberes e Ofícios Tradicionais. **(Anexo 1)**

A ficha que utilizei possui dez pontos para preencher, sendo eles:

- Nome do saber/ofício tradicional;
- Local onde se pratica: (distrito; concelho; freguesia; local);
- Nome(s) do(s) detentor(es) ou praticante(s);
- Espaço(s) utilizado(s) na prática do saber / ofício;
- Edifício(s) utilizado(s) na prática do saber / ofício;
- Objeto(s) utilizado(s) na prática do saber / ofício;
- Descrição das etapas utilizadas para a prática do saber / ofício;
- Modo de aprendizagem do saber / ofício;
- Ameaças à continuidade do saber / ofício;
- Outras informações.

No final de cada ficha, o Kit de Recolha apresenta instruções de como se deve proceder à recolha e que informação cada ponto da ficha deverá conter, para que a recolha do património imaterial ocorra sem falhas.

A informação para a realização destes inventários foi retirada das entrevistas, que se encontram também em formato de vídeo e áudio, como forma de salvaguarda destes saberes e igualmente dos entrevistados, que são eles os próprios detentores da memória destes saberes.

III.3- Inventários

Uma das propostas a inserir no arquivo seria inventários sobre os saberes e práticas do concelho. Assim, foi-me pedido que realizasse uma recolha de informações sobre alguns dos saberes, com o intuito de criar inventários sobre os mesmos.

Após alguma reflexão (já abordada anteriormente), foram escolhidos três saberes, a *Flor de Santa Luzia*, os *Bombos de Lavacolhos* e a *Cestaria em varas de castanho*. A razão para se terem escolhido estes saberes é que estão os três associados a Casas Temáticas: a *Flor de Santa Luzia* à Casa da Romaria, no Castelejo, os *Bombos de Lavacolhos* à Casa do Bombo e a *Cestaria em varas de castanho* associada à futura Casa da Cereja, em Alcongosta. Estes três saberes são também exemplos perfeitos para duas realidades distintas, a extinção e a recuperação dos saberes.

As casas temáticas têm permitido, através das várias atividades que oferecem, que os seus saberes voltem a ser aprendidos, como é o caso da *Flor de Santa Luzia* e dos *Bombos de Lavacolhos*. A Cestaria em castanho é o caso contrário, precisando de ser recuperada, pois está em risco de acabar.

As informações utilizadas para a elaboração das seguintes fichas de inventário provêm da recolha de imagens de vídeo, cedida pelo Município do Fundão.

III.3.1 - Casa do Bombo (*Bombos de Lavacolhos* – saber fazer)

A Casa do Bombo está instalada na freguesia de Lavacolhos, numa antiga escola primária que foi recuperada.

Esta casa possui um espaço para a produção destes instrumentos musicais, onde os construtores de bombos também ensinam os mais jovens.

É possível ainda ouvir e aprender a tocar este instrumento através de aplicações interativas, como é o caso do *karaoke* do bombo.

A tradição do toque do bombo está associada aos momentos festivos e em Lavacolhos é vivida e sentida com maior intensidade.

Ficha de Inventário *Bombos de Lavacolhos*

1. Nome do saber/ofício – Construção dos *Bombos de Lavacolhos*

2. Local onde se pratica:

- a. **Distrito** – Castelo Branco
- b. **Concelho** – Fundão
- c. **Freguesia** – Lavacolhos
- d. **Local** – Oficina/Loja

3. Nome dos detentores/praticantes – Américo Barroca Simão

4. Objetos utilizados na prática do saber/ofício – Os objetos utilizados para a construção do bombo são a chapa, arco em madeira de castanho, arco em silva, pele de cabra (tem de ser de cabra, pois não tem um cheiro tão intenso como a de chibo), corda de sisal, gancho e linha de sapateiro. Para tocar o bombo, as “maçanetas” são feitas de madeira de castanho, levam cortiça e também os restos das peles.

Para a chapa ficar com o formato redondo, são utilizadas duas máquinas, a “fieira” e a “calandra”. A “fieira” serve para fazer a bainha a toda a volta da chapa e também para que a chapa não fique lisa; na “fieira” também são feitos os feitios que embelezam o bombo. A “calandra” é que faz o redondo da chapa.

4. Descrição das etapas utilizadas para a prática do saber/ofício – Para começar, é preciso tratar da chapa. É colocado um arame de cada lado da mesma e é passado na “fieira” para entalar os arames para que a chapa fique mais forte. Depois, leva-se a chapa à “calandra”, que lhe vai dar o formato redondo, sendo depois soldada a estanho para formar o arco.

De seguida, trata-se dos arcos de madeira, que não podem ter nós. São metidos na água por alguns dias, depois levam com calor e só a seguir é que são envolvidos na chapa redonda e presos com um arame.

Quanto à pele, esta tem de estar completamente seca, mas para trabalhar com ela é preciso colocá-la na água por umas horas (cerca de 4 horas), para que fique maleável.

A pele é costurada juntamente com o arco de silva e com o pelo para baixo e só depois é que é virada. A pele é cosida com linha de sapateiro e depois é tosquiada com uma tesoura e, quanto menos pelo tiver, mais som o bombo dá. A “espinha” da pele tem de ficar alinhada com o furo que é feito (“ouvido do bombo”) na chapa e alinhada à emenda que foi soldada a estanho. Depois, o arco de madeira é encaixado em cima da pele, juntamente com a chapa e com o arco de silva.

A seguir, são colocados os ganchos a toda a volta, conforme o diâmetro do bombo: se o bombo for de 40 cm, leva 8; se for de 50 cm, leva 9; se for de 75 cm, leva 11. Os ganchos servem para que a madeira não torça.

Por fim, leva a corda de sisal, que quanto mais esticada estiver melhor, sendo dadas duas voltas ao bombo. A primeira volta é para segurar os ganchos à madeira e a segunda tem como finalidade dar afinação ao bombo, apertando-se depois a corda.

5. Modo de aprendizagem do saber/ofício: aprendeu com o avô

6. Ameaças à continuidade do saber/ofício

7. Outras Informações – Antigamente, eram necessárias duas pessoas para cozer a pele e várias para a segurar. Atualmente, coloca-se um peso por cima da pele e basta uma pessoa para a coser.

Os materiais que Américo utiliza são os mesmos que o seu avô utilizava. Em Lavacolhos, nunca fizeram os bombos em madeira, sempre foram em chapa, pois ela estende o som do bombo.

As peles sempre foram compradas na região, no concelho do Fundão e da Covilhã.

No que diz respeito aos tamanhos de bombos que Américo faz, estes vão dos 30 cm até aos 75 cm, sendo esta última a medida típica dos *Bombos de Lavacolhos*.

Anteriormente, eram usados pregos para prender a madeira à chapa, mas havia sempre o risco de rachar a madeira, por isso é que começou a ser usado o arame. A chapa antes era mais forte, por isso não necessitava de levar os dois arames que hoje em dia são utilizados. Havia quem tratasse a chapa que, depois, era fornecida aos construtores de bombos, mas atualmente essa profissão já não existe.

Os *Bombos de Lavacolhos* sempre foram pintados de verde, mas havia um senhor, o “Ti Pedro”, que os pintava de amarelo-torrado.

No que diz respeito à construção das caixas, o sistema é o mesmo da construção do bombo, a diferença é que o pelo tem de ser todo tirado com uma “gilete” e só pode ser tocada de um lado, pois do outro leva as cordas de viola que servem para fazer a caixa vibrar.

Quanto aos bombos, estes não devem ficar sempre com a pele esticada, deve-se desapertar de vez em quando a segunda volta, pois, ao estarem esticados por muito tempo, começam a perder o som.

Américo vende bombos por todos o país e considera que existem poucos artesãos que ainda façam bombos. No verão, costuma ter muito trabalho, principalmente a consertar peles que rebentaram, sendo que o rebentar da pele está ligado à forma como se toca o bombo, que deve ser com o veio da pele para baixo.



Figura 1 Casa do Bombo em Lavacolhos

III.3.2 – Casa da Romaria de Santa Luzia, Castelejo (*Flores de Santa Luzia – saber-fazer*)

A Casa da Romaria de Santa Luzia situa-se na freguesia do Castelejo. Esta casa surge com o intuito de ser uma forma de comemorar a festa religiosa da Santa Luzia, Santa protetora dos olhos, que é comemorada no dia 15 de setembro e é considerada a mais importante e mais concorrida festa do concelho, sendo que vem gente de todo o país e do mundo para as comemorações.

Outro objetivo é o de preservar o património desta Romaria, como é o caso das *Flores de Santa Luzia* (tendo já sido feitos vários *workshops*) e até mesmo outras características, como a típica merenda, os carros enfeitados, os bombos e o canto polifónico, que fazem desta Romaria uma festividade única.

Ficha de inventário das *Flores de Santa Luzia* (entrevista)

1. Nome do saber/ofício – *Flores de Santa Luzia*

2. Local onde se pratica – Não existe um local próprio, as flores podem ser feitas em qualquer sítio.

- a. **Distrito** – Castelo Branco
- b. **Concelho** – Fundão
- c. **Freguesia** – Castelejo

3. Nome dos detentores/praticantes – As flores foram criadas por uma família da Soalheira que precisava de dinheiro. Na entrevista, esteve Rosário Janeira, que foi quem reavivou esta prática, e Daniela Gonçalves, que é a mais jovem aprendiz das flores, natural do Castelejo, tendo aprendido a fazer as flores desde que foi trabalhar para a Casa da Romaria.

4 Espaços/Edifícios utilizados na prática do saber/ofício – não existem espaços específicos para a prática das flores, este saber pode ser executado em qualquer lugar.

5 – Objetos utilizados – Os materiais utilizados são praticamente os mesmos de antigamente. Utiliza-se arame, que é forrado com fita verde, e papel de seda, para fazer as flores. Nos tempos antigos, a cola que era utilizada era a da seiva das cerejeiras. Rosário ainda se lembra de derreter a seiva nuns frascos de vidro e usá-la como cola. Hoje, recorre-se à cola branca e à cola normal. As flores eram e são um aproveitamento de materiais, todas as aparas que vão sobrando são cortadas finamente, para depois passar pela cola e construir a flor. Por fim, as penas utilizadas atualmente são sintéticas, mas antigamente eram de aves.

6 – Descrição das etapas – Começa-se por forrar o arame com a fita verde, de onde depois vai sair uma flor. Após a forragem, corta-se o molde das flores mais pequenas e vai juntando-se corte a corte e colando, para ficar a flor pequena feita. Juntam-se as outras flores, que são feitas da mesma maneira, num arame maior, onde vão formar uma flor que pode ficar no meio e pode ter um botão. De seguida, junta-se o papel cortado das flores maiores ao arame, cola-se e dá-se a forma pretendida para unir e complementar a flor. Depois, juntam-se as penas num outro arame. No final, temos três flores mais pequenas feitas e põe-se um pouco de cola no papel das flores maiores. O tamanho das flores fica um pouco ao critério de cada pessoa, se for para fazer uma flor muito grande, colocam-se mais folhas, se for uma flor mais pequena, põe-se menos folhas. Por último, são coladas as penas e coloca-se a cola branca nas folhas das flores e estas são revestidas com as aparas do papel para ficarem com um ar mais colorido.

7 – Modo de aprendizagem – No caso da D. Rosário Janeira, ela aprendeu desconstruindo uma flor que tinha em casa e foi reconstruindo de novo até aprender.

Daniela Gonçalves aprendeu através da D. Germana Neves, desde que começou a trabalhar para a Casa da Romaria.

8 – Ameaças à continuidade do saber – Devido às formações que têm sido feitas, há um bom número de pessoas que sabem fazer as referidas flores. Este saber já esteve ameaçado, mas a criação da Casa da Romaria veio renovar o interesse por esta arte. No entanto, mesmo assim, ainda não há jovens suficientes com interesse nesta tradição.

9 – Outras informações sobre o saber – Antigamente, esta flor era muito procurada pelos homens que iam passar a noite ao arraial ou que iam à Romaria de Santa Luzia e levavam a flor no chapéu.

Depois da romaria, essas flores eram levadas para casa e eram colocadas junto de uma imagem de Santa Luzia para ornamentar a mesma.

As flores eram feitas por um casal da Soalheira, que precisava de dinheiro, e vendia-as na Santa Luzia. Foi aí que começou a tradição, apesar de as flores não terem, como se viu, origem no Castelejo. Os anos passaram e as flores deixaram de ser feitas.

A flor começou a ser utilizada em algumas tradições, como enfeitar os tratores, os chapéus, as cestas da merenda, entre outras. Geralmente, a flor acompanhava uma estampa da Santa Luzia, que eram conhecidas por *Santinhas de papel*. Os homens utilizavam a flor de um lado do chapéu e a estampa da Santa Luzia do outro. De um lado, a flor e, de outro, a imagem da santa, a alegria de um lado e a fé do outro.

A flor tinha outras utilidades: se era um rapaz solteiro, podia oferecê-la ao amor da sua vida, ou a quem pensasse que fosse o amor da sua vida.

A Santa Luzia é uma romaria muito importante, com muitos séculos. A Santa é a advogada dos olhos e há vários registos escritos de pessoas a falar em milagres. Rosário Janeira sempre ouviu falar dela com muita fé, há anos em que chegam a ir 100 ou 200 autocarros de todo o país. Esta romaria é tão marcante para o concelho que a tornaram num feriado municipal. Rosário Janeira não tem certeza quanto à razão de terem começado a utilizar estas flores, mas acredita que tenha sido devido ao facto de os homens, antigamente, colocarem uma flor natural no chapéu ou mesmo uma pena de ave. Talvez por isso, as penas façam agora parte do conjunto da *Flor de Santa Luzia*. No início, as penas utilizadas eram principalmente de pavão, agora é que se utilizam penas sintéticas, por serem mais coloridas e de cores mais variadas.



Figura 2 Casa da Romaria de Santa Luzia no Castelejo

III.3.3 – Casa da Cereja, Alcongosta (*Cestaria em varas de castanho – saber-fazer*)

A Casa da Cereja encontra-se na antiga escola primária da aldeia de Alcongosta. Esta freguesia tem uma ligação muito antiga a este fruto, pois a cerejeira encontrou na Serra da Gardunha ótimas condições para o seu cultivo.

Esta casa tem como objetivo ser um centro interpretativo de memórias, onde a comunidade poderá fazer parte do processo de formulação, execução e manutenção da mesma. Pretende proporcionar aos visitantes um contacto com os saberes através de uma perspetiva mais sensorial, através de sons, cores, texturas, cheiros e sabores. A cestaria, as escadas de madeira e os cambos também são objetos que fazem parte da experiência da Casa da Cereja.

Ficha de inventário Cestaria de varas de castanho

1. **Nome do saber/ofício** – *Cestaria em varas de castanho*
2. **Local onde se pratica**
 - a. **Distrito** – Castelo Branco
 - b. **Concelho** – Fundão
 - c. **Freguesia** – Alcongosta
 - d. **Local** – Oficina
3. **Nome dos detentores/praticantes** – António Nunes dos Santos (conhecido por Tó Nunes), 83 anos. O pai também era cesteiro e apenas dois dos cinco irmãos trabalharam na cestaria, mas apenas ele seguiu a profissão.

- 4. Espaços utilizados na prática do saber/ofício** – Souto, refogadouro, oficina.
- 5. Edifícios utilizados na prática do saber/ofício** – Oficina do artesão que se encontra por baixo da sua casa.
- 6. Objetos utilizados na prática do saber/ofício** – Varas de castanho, “mula”, canivete, cutelo curvo, podão, refogadouro.
- 7. Descrição das etapas utilizadas para a prática do saber/ofício** – Tudo começa nos chamados soutos, onde vão buscar a matéria-prima, que é a madeira de castanho. O souto, antigamente, era cortado de 4 em 4 anos e, nos intervalos, cortavam-se outros soutos. Hoje em dia, é um pouco diferente, o mesmo souto é dividido em 4 partes e em cada ano corta-se uma das partes. O corte das varas obedece a algumas regras. A altura certa para se cortar é entre finais de agosto e fins de janeiro, fora desse período as varas já não podem ser cortadas, pois criam rama e, ao serem cortadas, as varas já não voltam a rebentar. Seguidamente, as varas são esgalhadas, atadas em molhos e levadas para a aldeia, (antigamente, eram levadas às costas), desde o Souto da Casa ou do Alcaide até Alcongosta. Depois disso, as varas são enterradas em grandes covas na terra, separando as varas mais grossas das mais finas, de forma a não apanharem sol, pois, se isso acontecer, a madeira fica escura e já não larga a pele. Vai-se tirando as varas conforme o que é preciso para o trabalho que se vai fazer.

O passo seguinte é levar as varas a refogar, nos chamados refogadouros (outrora, existiam mais de dez na aldeia, mas agora só existem três). Para refogar bem as varas, é necessário ir virando-as e ter cuidado para não as deixar queimar. As varas estão refogadas e prontas a usar quando deixarem de estalar.

Depois de refogadas, é tirada a casca (no passado, usavam as unhas, pois é fácil tirar a casca, mas hoje utilizam um canivete velho) e as varas são rachadas, podendo tirar-se a madeira que for precisa.

Das peças que vão ficando, a madeira é traçada e passada pela “mula” e é aqui que se começa a alisar a madeira com o uso do cutelo. Conforme a obra que se vai fazer assim é a espessura da madeira e, quanto maior forem os cestos, mais grossa tem de ser a madeira.

Existem várias peças de madeira que constituem um cesto e cada uma tem a sua função. Uma é chamada a “travadeira”, que acompanha a cesta desde o fundo até à

parte de cima do cesto. Outra peça é a “mindinha”, que acompanha parte do fundo até à parte de cima do cesto. Os cestos ainda são compostos pelos aros. Para os acabamentos das cestas, usam umas correias finas de madeira, que proveem das varas que são bastante maleáveis e não partem.

8. Modo de aprendizagem do saber/ofício – Aprendizagem passada de geração em geração. Antigamente, “era porta sim porta sim, se fossem quatro ou cinco filhos numa casa, eram quatro ou cinco cesteiros.” Nos dias de hoje, isso já não ocorre.

9. Ameaças à continuidade do saber/ofício – Falta de interesse em querer aprender este saber; os incêndios que destroem os soutos; poucos jovens a residir no Interior; uso das cestas para a apanha da fruta diminuiu.

10. Outras informações – Dantes, existiam muitas oficinas de cesteiros em Alcongosta, eram mais de 250 oficinas.

Faziam o chamado “atado”, que é um conjunto de 4 cestas e 4 tampas. Havia também as chamadas “cestas do meio” e as “cestas de arroba”. Na altura, havia sociedades grandes que chamavam de “4, 8, 10, cabeças” (referindo-se aos soutos), dependendo do número de pessoas que compravam a mata, e era sempre aos domingos que faziam o corte da madeira, passando às vezes 4 ou 5 dias a cortar as varas.

Os cabazes de fruta, na altura, iam de comboio para o mercado abastecedor, em Lisboa.

A forma como diferenciam os cestos é através das iniciais do nome do proprietário, escritas nas cestas.

Havia dois tipos de cabazes, o cabaz n.º 1, que era o que os cesteiros da região normalmente faziam, e o cabaz n.º 2, que era feito na região de Portalegre.

Na época, não ficava bem às mulheres ajudarem e trabalharem na cestaria, pois eram comentadas pela aldeia. Por essa razão, a mulher do Sr. António ajudava, mas sempre com a porta da oficina fechada, para ninguém ver.



Figura 3 Cestaria em varas de castanho em Alcongosta

Referências bibliográficas

Associação de Amigos do Parque e Museu do Coa. (2019). *Arquivo de Memórias* Disponível na internet. Retirado de: <https://arquivodememoria.pt/default.aspx?lang=PO&taM=0>

Barata-Moura, J. (2008). *O Mundo de Múltiplas Vozes. Estudos sobre a Globalização da Sociedade Civil*, pp. 63-92.

Cabral, C. B. (2009). *A Convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda. Em: Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras, identidades.* (p. 132). Disponível na internet. Retirado de <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3079>. (Consultado em 2 de outubro de 2019).

Cabral, C. B. (2009). *Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação*. Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. 146 pp.

Câmara Municipal do Fundão. (2017). *Casas e Lugares do Sentir - Rede de Casas Temáticas*. Fundão.

Carvalho, A. (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial - Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Edições Colibri / CIDEHUS - Universidade de Évora. Lisboa

Carvalho, A. F. (2014). *Reafirmar a Identidade Cultural Local: o património cultural imaterial local como recurso*. Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária. Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa. 147 pp.

Castriota, L. B. (janeiro/junho de 2014). Fórum Património. *A Questão da Tradição: Algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional*, 7º. Belo Horizonte. Obtido em 17 de novembro de 2019, de http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/File/141/pdf

Comissão Nacional da UNESCO. *Sobre a UNESCO: História*. Disponível na internet. Retirado de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia> (Consultado em 20 de novembro de 2019).

Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. (1982). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível na internet. Retirado de http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf (Consultado a 20 de novembro de 2019)

Convenção UNESCO para a Proteção Mundial, Cultural e Natural de 1972. (1972). Disponível na internet. Retirado de: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. (Consultado em 12 de maio de 2019).

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (2003). Disponível na internet. Retirado de https://www.unescoportugal.mne.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_imaterial.pdf. (Consultado em 13 de setembro de 2019).

Cordeiro, A. O. (2012). *Tradição em transformação: Representações Sociais de Tradição em Associações Culturais*. Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária. Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa. 119 pp.

Costa, P. F. (2013). *O Inventário nacional do património cultural imaterial: da prática etnográfica à voz das comunidades*. Colóquio Internacional: Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas. Direção-Geral do Património Cultural. 93-115pp.

Cunha, J. G. (1892). *Apontamentos para a História do Concelho do Fundão*. Lisboa: Typographia Minerva Central.

Cunha, C. R, Carvalho, A. e Santos, A. (2013). *A ubiquidade e a contextualização no acesso à informação e serviços turísticos*. 8.^a Conferência Ibérica de Sistemas e tecnologias de Informação. Lisboa- 240-241 pp.

Decisão (UE) 2017/864 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2017 sobre o Ano Europeu do Património Cultural. (2018). Jornal Oficial da União Europeia. Disponível na internet. Retirado de

<http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/wp-content/uploads/2017/08/Decis%C3%A3o-da-Comiss%C3%A3o-Europeia-sobre-o-AEPC.pdf>. (Consultado em 30 de agosto de 2020)

Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho. Diário da República n.º 113/2009. 1.ª Série. Ministério da Cultura. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto. Diário da República n.º 150/2015. 1.ª Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Direção-Geral do Património Cultural. *MatrizPCI*. Disponível na internet. Retirado de <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/InventarioNacional/Index>. (Consultado em 13 de julho de 2020).

Despacho Normativo n.º3/2006. Diário da República n.º 18/2006 – 1.ª Série B. Ministério da Cultura. Lisboa.

Figurelli, G. (2015). *Os Serviços Educativos em Museus Portugueses: uma contextualização histórica*. Cadernos De Sociomuseologia, 50 (6). Disponível na internet. Retirado de <https://doi.org/10.36572/csm.2015.vol.50.05>. (Consultado em 23 de abril de 2021).

Filipe, M. S. (2000). *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 413 pp.

Freguesia do Telhado cria “escolinha do barro”. (17 de junho de 2019). [versão eletrónica]. Jornal do Fundão. Disponível na internet. Retirado de <https://www.jornaldofundao.pt/fundao/freguesia-do-telhado-cria-escolinha-do-barro/>. (Consultado em 12 de julho de 2019)

Garcia, M. M. (2014). *Fabricando patrimónios: a UNESCO como arena de reconhecimento*. e-cadernos ces. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível na internet. Retirado de <https://journals.openedition.org/eces/1748>. (Consultado em 14 de novembro de 2019).

Geertz, C. (1979). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Global Heritages. Disponível na internet. Retirado de <https://globalherit.hypotheses.org/casa-muss-amb-ike-espaco-de-museologia-informal/rede-de-ecomuseus-em-portugal>. (Consultado em 12 de fevereiro de 2021).

Gravito, C. (1997). *Os Bombos de Lavacolhos – Aspetos, Rituais*. Câmara Municipal do Fundão. Fundão.

ICOM. Portugal. (19 de março). *Definição de Museu*. (2015). Disponível na internet. Retirado de ICOM Portugal: <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> (Consultado em 20 de novembro de 2019).

Jornal do Fundão. (2019). *Fundão distinguido como município mais inovador*. Disponível na internet. Retirado de <https://www.jornaldofundao.pt/fundao/fundao-distinguido-como-municipio-mais-inovador/> (Consultado a 13 de outubro de 2019).

Kit de Recolha de Património Imaterial. (2011). Departamento de Património Imaterial. Instituto dos Museus e da Conservação 1^o Edição. Edição – Instituto dos Museus e da Conservação. Disponível na internet. Retirado de http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Download/Kit/KIT%20Recolha%20Patrim%C3%B3nio%20imaterial_Integral.pdf.

Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto. Diário da República n.º 195/2004 – 1.^a Série A. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. Diário da República n.º 209/01 – 1.^a Série A. Assembleia da República. Lisboa.

Lusa. (2019). *Câmara do Fundão e Universidade da Beira Interior unem-se para dinamizar Centro UNESCO*. 24.Sapo. Disponível na internet. Retirado de <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/camara-do-fundao-e-universidade-da-beira-interior-unem-se-para-dinamizar-centro-unesco>. (Consultado em 10 de outubro de 2019)

Lusa (2018). *Fundão apostou nas novas tecnologias e criou 500 postos de trabalho qualificados*. Disponível na internet. Retirado de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/fundao-apostou-nas-novas-tecnologias-e-criou-500-postos-de-trabalho-qualificados-12681699.html> (Consultado em 19 de novembro de 2019).

Macedo, R. B. (2012). *As tecnologias de informação e comunicação ao serviço da salvaguarda do Património Cultural Imaterial: “Fazedores de cultura” – um projeto de desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Escola de Ciências Sociais e Humanas – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa. 84 pp.

Marques, M. C. (2005) *Hollywood e a globalização*. Viagens pela palavra. Universidade Aberta. Lisboa. pp. 195-203pp. Disponível na internet. Retirado de <https://core.ac.uk/download/pdf/303039314.pdf> (Consultado em 13 de fevereiro de 2021).

Martins, G. (2020). *Património cultural - Realidade viva: Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Lisboa.

MemoriaMedia. (2013). *e-Museu do Património Cultural Imaterial*. Disponível na internet. Disponível na internet. Retirado de: <https://www.memoriamedia.net/> (Consultado em 13 de julho de 2020).

Mundo Português. (07 de abril de 2019). *Projeto pedagógico ‘Escolas do Queijo’ chega a 200 alunos do Fundão*. Disponível na internet. Retirado de <https://www.mundoportugues.pt/projeto-pedagogico-escolas-do-queijo-chega-a-200-alunos-do-fundao/>. (Consultado em 12 de julho de 2020)

Nunes, J. A. (2015). *Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia*. I Jornadas de museologia nas Misericórdias, Penafiel. 27 pp. Disponível na internet. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316/46215>. (Consultado em 9 de fevereiro de 2020)

Nunes, R. S. (2011). *UNESCO: Património Cultural Imaterial e Sociomuseologia*. Dissertação de Mestrado em Museologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 232 pp.

Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril. Diário da República n.º 69/2010 – 1.ª Série. Ministério da Cultura. Lisboa.

Rádio Cova da Beira. (2021). *Três Novas Casas Temáticas abrem este ano no Fundão*. Disponível na internet. Retirado <http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/68518> (Consultado a 20 de abril de 2021).

Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. (1989). Disponível na internet. Retirado de <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069>. (Consultado em 10 de março de 2021).

Recomendação Relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade. (2015). Disponível na internet. Retirado de https://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf. (Consultado em 18 de abril de 2021).

Report of Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention. (2006) Tóquio. p.5. Disponível na internet. Retirado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00034-EN.pdf> (Consultado a 20 de junho de 2020).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro. Diário da República n.º 207/2020 – 1.ª Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Rocha, N. S. (2017). *Projeto de criação de um serviço educativo nos museus do Instituto Superior Técnico*. Projeto de Mestrado em Educação e Formação. Instituto de Educação – Universidade de Lisboa, Lisboa. 109 pp.

Sidoncha, U. (2019) *Que «coisa» é a cultura? Algumas notas sobre a relação entre cultura e património*. Em V. Piñeiro-Naval & P. Serra (Eds.), *Cultura, Património e Turismo na Sociedade Digital (Vol. 2): Diálogos interdisciplinares* (pp. 85-86). Covilhã: Editora LabCom.IFP. ISBN: 978-989-654- 578-9.

Silva, J. (2003). *Fundão: Ecos de um Passado Milenar*. Héstia Editores.

Sousa, F. (2018). *A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial: O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos. Memória Imaterial CRL*. Alenquer. Disponível na internet. Retirado de https://www.memoriamedia.net/pci_docs/A_Participacao_na_Salvaguarda_do_PCI_Filomena_Sousa.pdf (Consultado em 12 de junho de 2020).

Sousa, F. (2015). *Património Cultural Imaterial. MEMORIAMEDIA e-Museu - métodos, técnicas e práticas*. Alenquer: Memória Imaterial CRL. Disponível na internet. Retirado de <https://run.unl.pt/bitstream/10362/15872/1/PCI->

MEMORIAMEDIA_METODOS_PRATICAS_web.pdf (Consultado em 30 de novembro de 2019).

Tylor, E. B. Infopédia. Porto Editora. Porto. Disponível na internet. Retirado de [https://www.infopedia.pt/\\$edward-burnett-tylor](https://www.infopedia.pt/$edward-burnett-tylor) (Consultado a 20 de junho de 2020)

UBI colabora com Câmara do Fundão na dinamização do Centro UNESCO. (26 de março de 2019). Universidade da Beira Interior. Disponível na internet. Retirado de <https://www.ubi.pt/Noticia/6530>. (Consultado em 10 de outubro de 2019).

Anexos

Anexo 1.

Kit de recolha de património imaterial MatrizPCI

PATRIMÓNIO IMATERIAL SABERES E OFÍCIOS TRADICIONAIS

FICHA N.º _____

1. NOME DO SABER / OFÍCIO TRADICIONAL: _____

2. LOCAL ONDE SE PRÁTICA: _____

DISTRITO _____

CONCELHO _____

FREGUESIA _____

LOCAL _____

IMAGEM

3. NOME(S) DO(S) DETENTOR(ES) OU PRATICANTE(S):

4. ESPAÇO(S) UTILIZADO(S) NA PRÁTICA DO SABER / OFÍCIO:

5. EDIFÍCIO(S) UTILIZADO(S) NA PRÁTICA DO SABER / OFÍCIO:

6. OBJETO(S) UTILIZADO(S) NA PRÁTICA DO SABER / OFÍCIO:

8. MODO DE APRENDIZAGEM DO SABER / OFÍCIO:

9. AMEAÇAS À CONTINUIDADE DO SABER / OFÍCIO:

10. OUTRAS INFORMAÇÕES:

ELABORADO POR:

DATA:

INSTRUÇÕES

Esta Ficha de Inventário destina-se à caracterização dos saberes e ofícios tradicionais, que são atualmente uma das áreas do Património Imaterial que mais sérias ameaças conhece em Portugal.

Estas ameaças à continuidade de saberes e ofícios que se praticaram ao longo de gerações, por vezes ao longo de muitos séculos, resultam de muitos fatores interligados entre si. No entanto, a modernização tecnológica que o nosso País tem conhecido nas últimas décadas, em áreas como a agricultura, as pescas e as indústrias, constitui um dos mais importantes desses fatores.

Para utilizares esta Ficha, deves começar por identificar o **nome** pelo qual o saber ou ofício tradicional é conhecido na comunidade (ex: oleiro, cesteiro, pastor, pescador, amolador, fadista, dezedor, vedor, curandeiro, etc).

Tem também em atenção que o mesmo tipo de saber ou conhecimento pode variar muito consoante o local e a região em que se pratica, quer em função dos recursos naturais aí disponíveis, quer em função dos costumes, isto é da tradição ou cultura própria de cada comunidade. No caso do ofício de oleiro, esta conjugação de fatores dá origem aos muitos tipos de formas e decorações que a cerâmica popular conhece em Portugal, como a louça preta de Bisalhães, a técnica de empedrado da louça de Nisa e as cerâmicas muito coloridas e vidradas de Reguengos. Por esta razão, é fundamental que identifiques com exatidão o **local** em que se pratica esse saber ou ofício.

De seguida, identifica o nome dos **detentores** ou dos seus **praticantes** desse saber com quem contactaste no decorrer do teu projeto de recolha. Tem em atenção que os saberes, ou os conhecimentos e as práticas tradicionais que fazem parte do património imaterial de uma

comunidade não são apenas aqueles que se concretizam na realização de um ofício ou profissão. Por exemplo, se realizas um projeto de recolha de Património Imaterial acerca dos conhecimentos sobre medicina popular numa aldeia, irás verificar que podem ser muitas as pessoas que partilham o mesmo conhecimento sobre a utilização de uma certa espécie de planta para a cura de uma enfermidade, independentemente de todas elas terem profissões e ocupações muito diferentes. Sempre que necessário, utiliza a Ficha de Pessoas para caracterizar com exatidão cada um desses praticantes ou detentores do saber, para melhor perceber como aprendeu e como utiliza esse conhecimento.

De acordo com as características próprias de cada saber ou ofício, identifica quais os **espaços**, os **edifícios** ou os **objetos** normalmente utilizados para a sua realização. Consulta as instruções das respetivas Fichas de Inventário para exemplos dos vários tipos de Património Material que podem ser indispensáveis para a realização do teu projeto, e, naturalmente, deverás também utilizar essas fichas sempre que o considerares importante para melhor compreensão de como é executado um saber ou ofício.

Seguidamente, deverás descrever em que consiste o saber ou ofício, identificando as **várias etapas utilizadas** na sua prática. Por exemplo, se realizas o teu trabalho sobre a olaria, começa por descrever onde e como o oleiro obtém a sua matéria-prima, o barro, e de seguida explica como este é preparado para poder ser moldado. Identifica sempre quais os equipamentos utilizados em cada uma das várias fases de produção do objeto, como por exemplo a roda para a moldagem, o forno para a cozedura, assim como todos os instrumentos utilizados nas fases de decoração e acabamento, como a pintura e a vidragem. É igualmente importante que expliques quais os objetivos da prática (ex: o oleiro produz os

canudos de barro destinados aos moinhos de vento do concelho) e os modos como os produtos desse saber / ofício são comercializados (ex: o oleiro vende a sua produção em feiras e mercados regionais; o oleiro vende a sua produção na própria oficina; o oleiro vende a sua produção para uma grande superfície comercial na sede do concelho).

Quanto ao **modo de aprendizagem do saber / ofício**, é importante referires qual a idade a partir da qual pode ocorrer essa aprendizagem, e se é efetuada em meio familiar, como frequentemente sucedia, ou em meio laboral, entre colegas de trabalho e entre mestres e aprendizes de profissão. É também importante referires se a aprendizagem ocorre apenas entre pessoas do mesmo sexo, como por exemplo as artes de cozinha, que até há algumas décadas eram passadas apenas de mães e avós para filhas e netas. Verifica igualmente se aprendizagem se efetua apenas por via oral, pela observação direta, pela imitação e pela experimentação, ou se recorre também a informação escrita, como por exemplo os Almanques utilizados por muitos agricultores.

Sempre que existentes, deves registar na Ficha as **ameaças à continuidade do saber / ofício**. Um exemplo claro destas ameaças é o que tem sucedido em Portugal nas últimas duas décadas com as técnicas tradicionais de construção. Como facilmente podes verificar à tua volta, o material dominante na construção das casas de

habitação é o betão, ou cimento armado (estruturado) com ferro. Esta tecnologia é utilizada por todo o território de Portugal, continental e insular, quer na construção de habitações de um só piso, quer para prédios de muitos andares. No entanto, com exceção das principais cidades, até c. da década de 1940, o panorama era inteiramente diferente. Tal como ainda hoje podes verificar por ti próprio ao viajar pelo País, a construção das casas realizava-se de modo muito diferente consoante as regiões do País e os materiais naturais disponíveis em cada uma, como o granito e o xisto no Norte ou o adobe e a taipa no Sul. No entanto, o importante a reter é que estas alterações nos modos de construção das casas eliminaram quase por completo a necessidade de se manterem e transmitirem os conhecimentos ou saberes tradicionais necessários a cada um desses tipos de construção. Hoje o termo “pedreiro” já não designa verdadeiramente o ofício de quem trabalha a pedra, mas sim o de quem trabalha com cimento, levanta paredes em tijolo e projeta com máquinas o gesso que reveste as paredes antes da sua pintura.

De entre os casos possíveis de ameaças à continuidade de um saber / ofício, deves considerar como evidente o facto de que, numa comunidade ou família, apenas as pessoas mais velhas o praticarem e de não existir nenhum jovem interessado em adquirir esse conhecimento ou de enveredar por esse ofício.